



O Brasil está se desindustrializando? Um debate

Editorial

O último levantamento do IBGE mostrou um crescimento de mais de 3% na indústria brasileira no primeiro trimestre de 2007. Mesmo assim, fala-se, cada vez mais, que nos aproximamos de uma crise no setor industrial. Outros estudiosos, ao contrário, apostam em uma reestruturação da indústria de nosso País. E é justamente no intuito de refletir sobre a tendência que prepondera no setor industrial, e sobre os rumos da economia brasileira, que a *IHU On-Line* desta semana entrevistou diversos especialistas no tema.

Para o economista Rubens Ricupero, o Brasil vive hoje uma crise industrial, a qual ocorre “quando o peso da indústria no emprego e na produção começa a cair”. Para ele, todos os setores estão “atravessando um período de grave desindustrialização”. E o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, do Instituto de Economia da Unicamp, concorda com ele quando afirma que “estamos vivendo um

processo complicado de perda de substância industrial em muitos setores” e que “a indústria brasileira está estagnada, cada vez mais dependente dos insumos importados”. Mais. Para Belluzzo, “temos poucas chances de sair dessa situação. Talvez a gente cresça num ano 4,5%, no outro 5%, mas tenho minhas dúvidas em relação a uma continuidade de crescimento”. E atesta: “E não é só por causa da economia, mas sim por causa da sociedade brasileira que não tem mais energia e vitalidade. É uma sociedade acomodada”.

Também contribuem com o debate os economistas Octávio Conceição, José Eduardo Cassiolato, David Kupfer, que diz que a indústria brasileira está passando por um processo de reestruturação. Segundo Marcio Pochmann, o Brasil não completou o seu ciclo de industrialização e assim perde espaço para as nações que vem crescendo rapidamente.

Para a economista Liana Carleial, professora da UFPR, “a desindustrialização não pode ser entendida meramente como a desindustrialização clássica do capitalismo avançado. Nós temos, sim, uma desindustrialização acelerada pela diferença histórico-estrutural e agravada pelo processo de ajuste dos anos 1990, pois tivemos inserção na globalização pelo lado financeiro e não pelo lado produtivo e, finalmente, pela natureza da política econômica”. Por sua vez, Pedro Cavalcante, professor da Fundação Getúlio Vargas - RJ, defende que a indústria brasileira não está passando por uma crise e que não há necessidade de uma política industrial. Para ele, “políticas horizontais, além de estarem menos sujeitas à pressão de grupos organizados,

possuem maior potencial para impulsionar o crescimento econômico brasileiro”.

Na elaboração desta edição contamos, mais uma vez, com a parceria do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, com sede em Curitiba. Aprofunda-se, desta maneira, a parceria já consolidada na elaboração cotidiana das “Notícias do Dia” e na feitura da análise de conjuntura semanal, ambas publicadas na página eletrônica do IHU.

Uma boa leitura e uma excelente semana a todas e todos!

Leia nesta edição

PÁGINA 01 | Editorial

A. Tema de capa

» ENTREVISTAS

PÁGINA 05 | Rubens Ricupero: “Vivemos uma desindustrialização precoce”

PÁGINA 13 | Luiz Gonzaga Belluzzo: “Nós fomos ultrapassados pelos outros, o que não quer dizer que isso seja um fenômeno insuperável”

PÁGINA 18 | Liana Carleial: “Podemos encarar essa desindustrialização como um problema a ser enfrentado e revertido”

PÁGINA 24 | José Eduardo Cassiolato: “Não é uma questão de desindustrialização, é que a estrutura industrial não evolui da forma como deveria”

PÁGINA 27 | David Kupfer: “O que está acontecendo na verdade é um processo de reestruturação da indústria”

PÁGINA 32 | Marcio Pochmann: “Estamos passando por uma desindustrialização relativa”

PÁGINA 38 | Pedro Cavalcante: “Não se deve priorizar este ou aquele setor, mas pensar políticas que afetem potencialmente todos os setores igualmente”

PÁGINA 40 | Octavio Conceição: “Ainda estamos passando por profundas mudanças estruturais”

B. Destaques da semana

» Teologia Pública

PÁGINA 43 | Rosino Gibellini: Jesus de Nazaré narrado por Bento XVI

» Análise de Conjuntura

PÁGINA 47 | Destaques On-Line

PÁGINA 49 | Frases da Semana

C. IHU em Revista

» EVENTOS

PÁGINA 52 | Agenda de Semana

PÁGINA 54 | Maria Cristina Bohn Martins: Compreensões diferentes, conclusões surpreendentes

PÁGINA 58 | Isamara Della F. Allegretti: A dimensão humana deve ser priorizada

PÁGINA 61 | Vinícius Pereira De Oliveira: Lutas e entraves ao reconhecimento e titulação de terras quilombolas

PÁGINA 64 | Jose Luiz Bica de Melo: *Coração de cristal*; retrato de tensão da ordem mercantil

» PERFIL POPULAR

PÁGINA 66 | Eliane de Vargas

» IHU Repórter

PÁGINA 69 | Wictor Magno

“Vivemos uma desindustrialização precoce”

ENTREVISTA COM RUBENS RICUPERO

O economista Rubens Ricupero conversou com a IHU On-Line, por telefone, sobre a situação da política econômica do País. Para Ricupero, o Brasil vive hoje uma crise industrial, a qual ocorre “quando o peso da indústria no emprego e na produção começa a cair”. Para ele, todos os setores estão “atravessando um período de grave desindustrialização” porque cada vez mais consomem insumos importados do exterior. E, ao falar que o Brasil vive um “suave fracasso”, arremata: “uma economia que não consegue resolver o problema do emprego, da melhoria da renda para todos os setores da população, sem dúvida nenhuma, só pode merecer a qualificação de um fracasso”.

Ricupero, atualmente, é diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e do Instituto Fernand Braudel de São Paulo. Foi secretário geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda no governo Itamar Franco. Diplomata de carreira desde 1961, exerceu, dentre outras, as funções de assessor internacional do presidente Tancredo Neves (1984/1985), de assessor especial do presidente da república José Sarney (1985/1987), de representante permanente do Brasil junto aos órgãos da ONU sediados em Genebra (1987-1991) e de embaixador nos Estados Unidos (1991-1993).

Rubens Ricupero concedeu uma entrevista à IHU On-Line publicada na 103ª edição, de 31 de maio de 2004, por ocasião de sua vinda à Unisinos, quando participou do Simpósio O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI, promovido pelo IHU. Artigos e entrevistas do economista também podem ser conferidos nas Notícias Diárias, disponíveis no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu).

IHU On-Line - Como o senhor caracteriza o capitalismo brasileiro no cenário internacional? Temos um padrão de desenvolvimento capitalista próprio, ou sempre estamos correndo atrás dos outros?

Rubens Ricupero - Eu caracterizo o capitalismo brasileiro da mesma forma que o fez magistralmente o professor Celso Furtado¹: é uma construção

¹ Celso Monteiro Furtado (1920 - 2004): foi um importante economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao

longo do século XX. Suas idéias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento divergiram das doutrinas econômicas dominantes em sua época e estimularam a adoção de políticas intervencionistas sobre o funcionamento da economia. Trabalho no DASP e na Fundação Getúlio Vargas. Integrou a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas. presidiu o Grupo Misto CEPAL-BNDES, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira que serviria de base para o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. No governo João Goulart, em 1962, foi Ministro do Planejamento. Com o golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Exilado, mudou-se para o Chile e, mais tarde,

interrompida¹. Nós estávamos em processo de industrialização com base na integração do mercado interno, mas infelizmente esse processo sofreu uma interrupção que já dura praticamente pouco mais de duas décadas, desde a grande crise dos anos 1970, e até hoje não fomos capazes de reatar com essa proposta. Tivemos melhorias em alguns setores, sobretudo em relação ao perigo de uma hiperinflação, mas nunca fomos capazes de recobrar a capacidade de investir que tivemos no passado. Continuamos com taxas de

para os Estados Unidos, onde seria pesquisador na Universidade de Yale. Em 1965, mudou-se para a França, assumindo a cátedra de Desenvolvimento Econômico da Universidade de Paris. Em 1981, filia-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). De 1986 a 1988, foi o ministro da Cultura do governo José Sarney. Nos anos seguintes, retomou a vida acadêmica, sendo eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1997. Escreveu várias obras, das quais destacamos aqui *Uma economia dependente* (Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956); *Perspectivas da economia brasileira* (Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958); *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959); *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966); e *O capitalismo global* (São Paulo: Paz e Terra, 1998). Sobre as obras *A economia brasileira* (1954) e *Formação econômica do Brasil* (1959), o Prof. Dr. André Moreira Cunha (UFRGS) apresentou em 11 de setembro de 2003 no evento *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*. A editoria *Entrevista da Semana* da revista *IHU On-Line* na edição número 155, de 12 de setembro de 2005, repercutiu a criação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, na Finlândia, com entrevistas a diversos especialistas. Também o pensamento de Celso Furtado foi debatido na entrevista concedida por Luiz Gonzaga Belluzzo na edição número 190 da *IHU On-Line*, de 7 de agosto de 2006. No sítio do IHU pode ser conferida uma entrevista com Rodrigo Estramano, no dia 04-04-2007, intitulada *O pensamento sociológico brasileiro*, no qual ele fala sobre pensamento brasileiro, destacando entre outras, as obras de Celso Furtado. No próximo dia 09 de maio de 2007, na *Quarta com cultura*, será debatido *O pensamento econômico de Celso Furtado*. No evento estará presente o Prof. Dr. André Moreira Cunha - UFRGS. A palestra será às 19h, na Livraria Cultura, do Bourbon Shopping Country, na Av. Túlio de Rose, 80 - Loja 302, Porto Alegre/RS. (Nota da *IHU On-Line*)

¹ FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida* (2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992). (Nota da *IHU On-Line*)

investimentos muito baixas. Estamos, hoje, passando por uma fase de aguda desindustrialização e, nesse panorama da globalização, não conseguimos, ao contrário da China e dos asiáticos, evoluir para um modelo que tirasse proveito do melhor desse processo internacional. Nós temos tirado proveito apenas do que é menos interessante, que é a demanda por produtos primários, pelos *commodities*² que vêm dos países que se industrializam mais rapidamente. Enquanto isso, nós, ao contrário, estamos cada vez mais dependentes de produtos baseados em recursos naturais, que são, por definição, muito vulneráveis às oscilações da economia mundial. Portanto, esse é o meu juízo: uma construção interrompida em que a formação de empresas brasileiras, sobretudo, as que seriam mais saudáveis, pequenas e médias empresas, com a geração de capacidade empresarial própria, têm sido muito sacrificada. Além disso, o fenômeno da globalização tem se dado, de um lado, através da exportação de *commodities* e, em boa parte, em mãos de grandes empresas de comercialização transnacionais, e de outro lado tem havido um grande ingresso de capitais estrangeiros, mas não para expandir a produção.

***IHU On-Line* - Atualmente, no Brasil, estamos vivendo uma crise industrial ou o que está acontecendo é um processo de reestruturação da indústria brasileira?**

Como o senhor avalia essa situação?

Rubens Ricupero - Vivemos uma crise de desindustrialização. Mas é preciso definir o que se entende por desindustrialização. Os economistas sabem

² **Commodities**: são produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de suas qualidades, como soja, trigo, bauxita, prata, ouro, sementes e mudas. São produtos básicos, homogêneos e de amplo consumo, que podem ser produzidos e negociados por uma ampla gama de empresas. Podem ser produtos agropecuários, industriais, como tecido 100% algodão, poliéster, ferro gusa e açúcar; e até mesmo financeiros, ações de grandes empresas, títulos de governos nacionais etc. (Nota da *IHU On-Line*)

que há um tipo de desindustrialização que é positiva: aquela que ocorre em países maduros, como a Inglaterra e Suécia. Isso ocorre somente naqueles países que atingem um nível de renda *per capita* muito alta, a partir do qual a participação da indústria na produção e no emprego declina em termos relativos comparados aos setores de serviços que se tornam muito sólidos por causa da renda da população. Isso é a desindustrialização positiva. O que acontece entre nós, e em boa parte da América Latina, é um fenômeno mórbido, um desvio doentio desse padrão, que é a chamada desindustrialização, precoce ou prematura, que ocorre quando o peso da indústria no emprego, e na produção começa a cair quando a renda *per capita* é muito inferior à que existia nos países escandinavos, nos Estados Unidos, no Canadá ou na Inglaterra, quando esse fenômeno ocorreu. Muitas vezes esse fenômeno, na América Latina, ocorre quando a renda *per capita* é apenas um terço ou menos do que nos países industrializados. Com isso acontece o seguinte: a indústria se contrai, tem menos capacidade de gerar empregos. Mas o setor de serviços não tem ainda vigor para ocupar o espaço deixado vago pela indústria, uma vez que a renda baixa da população não permite que ela consuma serviços. Esse é o caso do Brasil, em que a imensa maioria da população muitas vezes não tem dinheiro nem para pagar um ônibus para ir para o trabalho.

Uma desindustrialização absoluta e relativa

O que está ocorrendo entre nós é a desindustrialização precoce. E aí também é importante fazer uma outra distinção: existe uma desindustrialização absoluta, que é quando a indústria de fato diminui de tamanho em termos absolutos em relação ao passado. É o que aconteceu na Argentina, por exemplo, no período em que eles perderam mais de 15 mil empresas. Mas existe um outro tipo de desindustrialização, que é a que prevalece no Brasil: a relativa. Ou seja, é preciso comparar o que

ocorre na indústria do Brasil com o que ocorre nas indústrias de países como a China, Índia e os asiáticos. E finalmente há um outro dado que é muito realçado pela UNCTAD¹, a organização da ONU em que eu trabalhei durante quase 10 anos, no seu relatório do ano de 2003. O que de fato caracteriza uma economia que reduz a distância que a separa das economias avançadas, capitalistas, é a capacidade de agregar valor ao produto industrial. Não é nem a exportação de manufaturados e nem mesmo a exportação de manufaturados de alto conteúdo tecnológico. Países como o México ou como a China são grandes exportadores de produtos manufaturados, inclusive eletrônicos, mas a base da linha de montagem é a chamada indústria maquiadora². É o que ocorre no Brasil, na Zona Franca de Manaus que produz esses telefones portáteis. Boa parte do miolo é importado. Quando existe esse fenômeno, o valor agregado é muito baixo. Para quem tem qualquer dúvida sobre isso, basta ler a última carta do IEDI³ (Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial), que publica um estudo minucioso de quase 40 setores industriais em

¹ UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento foi estabelecida em 1964, em Genebra, Suíça, atendendo às reclamações do países subdesenvolvidos. A UNCTAD é Órgão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), mas suas decisões não são obrigatórias. Seu principal objetivo é incrementar o comércio internacional para acelerar o desenvolvimento econômico, coordenando as políticas relacionadas com países subdesenvolvidos. Para tal finalidade, a UNCTAD dedica-se a negociar com os países desenvolvidos para que reduzam os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de produtos originários de países subdesenvolvidos. (Nota da *IHU On-Line*)

² Indústria maquiadora: trata-se das "maquiladoras", termo espanhol, cunhado no México, que se refere às fábricas estrangeiras que se deslocam para a fronteira do México com os Estados Unidos só para usar a mão-de-obra barata e desorganizada do país, sem trazer nenhum avanço tecnológico para o mesmo. (Nota da *IHU On-Line*)

³ Carta do IEDI: publicada no dia 06-03-2007. Disponível em: www.iedi.org.br (Nota da *IHU On-Line*)

relação às estatísticas do próprio IBGE¹, de qual foi em cada um desses setores a relação entre o valor adicionado e a produção bruta. O que se constata é que desses setores, apenas alguns poucos, sete ou oito, mostraram aumento do valor e quase todos eles são relativos a recursos naturais, como refino de petróleo, papel e celulose. Enquanto isso, os setores de tecnologia elevada, como eletrônicos, automóveis, caminhões, ônibus, estão atravessando um período de grave desindustrialização, no sentido de que eles continuam a produzir, mas cada vez mais com insumos importados do exterior.

***IHU On-Line* - Para esses outros setores, quais serão as principais desvantagens com a desindustrialização?**

Rubens Ricupero - Para o setor em si, pode não ser mal porque ele importa insumos baratos e consegue reduzir o seu custo. O problema é que ele não gera emprego e nem gera valor dentro do Brasil porque esses produtos vêm de fora e a única coisa que ele agrega aqui é o salário dos trabalhadores que vão montar esses produtos. Mas, ao fazer isso, esse setor obviamente não está contribuindo nem para expandir a oferta de empregos no Brasil, nem para disseminar uma melhor tecnologia dentro do país, porque a tecnologia já vem embutida dentro do produto que está pronto. O México já tem, há muitos anos, tudo isso que os comentaristas ortodoxos aqui desejam para o Brasil. Ele já tem o grau de investimento e há 12 anos um acordo de livre

¹ **IBGE:** O IBGE é uma instituição da administração pública federal, subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que possui quatro diretorias e dois outros órgãos centrais. O IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal, sendo responsável por oferece uma visão completa e atual do País. (Nota da *IHU On-Line*)

comércio com os Estados Unidos, que é o NAFTA², mas ele cresce o mesmo ou menos que o Brasil, porque tem pouquíssimo valor agregado. Os países que crescem são aqueles que agregam valor. Infelizmente, nós temos uma política econômica que, devido à taxa de juros e à taxa de câmbio extremamente valorizada, é muito desfavorável à agregação de valor. Uma das explicações do desemprego estrutural do Brasil manter-se teimosamente em torno de 10% é justamente essa, porque os setores que estão exportando e se expandindo, setores de produtos básicos, empregam muito menos do que a indústria e não assimilam a força de trabalho que chega ao mercado.

***IHU On-Line* - No artigo “A desindustrialização como projeto”, o senhor afirma que de 1998 para cá os saldos de commodities agrícolas e minerais têm sido capazes de compensar os déficits em manufatura. Com a desindustrialização das empresas que estão investindo cada vez menos em tecnologia, o senhor acredita que a tendência para os próximos anos é investir mais em *commodities* no país?**

Rubens Ricupero - Infelizmente, porque não há nenhum sinal de mudança da política brasileira. A política macroeconômica teria que mudar. A taxa de juros teria que ser muito menor do que é. Seria necessário tomar medidas para evitar a valorização da apreciação da moeda e, se necessário fosse, criando uma taxa sobre capitais especulativos, procurando ajudar os setores industriais mais afetados, como por exemplo, o setor calçadista no Rio Grande do Sul, com alívio importante da carga de impostos com financiamentos

² **NAFTA:** (North America Free Trade Agreement) foi iniciado em 1988, por norte-americanos e canadenses, e através do Acordo de Liberalização Econômica, assinado em 1991. Em 13 de agosto de 1992, o bloco recebeu a adesão dos mexicanos. O NAFTA entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994. São Países-Membros do grupo: Estados Unidos, Canadá e México. (Nota da *IHU On-Line*)

para modernizar cada vez mais os equipamentos. Seria preciso um trabalho muito vigoroso para evitar que esses setores fossem sacrificados pelas *commodities* e quem sabe até mesmo criar um imposto de exportação sobre as *commodities*.

As desvantagens da dependência das *commodities*

O que está acontecendo aqui conosco finalmente é justamente o que os economistas chamam de doença holandesa¹. A possibilidade de exportar esses produtos básicos e essas *commodities* cujo preço sempre melhora no exterior, valoriza muito a moeda e desestimula a exportação de outros tipos de produtos. Isso continuando durante muito tempo, vai tornar o Brasil muito vulnerável, porque há duas desvantagens grandes em depender das *commodities*: primeiro porque as *commodities* são extremamente vulneráveis às oscilações da economia mundial. A segunda desvantagem é que já existem trabalhos, sobretudo do grande economista Nicholas Kaldor², dos anos 1950, que mostram que o fator que realmente permite a rápida melhoria da produtividade, a disseminação da produtividade pela economia e o aumento de emprego é sempre o desenvolvimento do processo industrial, até mesmo a agregação de valor nas *commodities* das matérias primas. E nós, à medida que ficamos cada vez mais dependentes de exportações de produtos primários de baixo nível de

¹ Doença holandesa ou Dutch disease: é um conceito econômico que tenta explicar a aparente relação entre a exploração de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. A teoria prega que um aumento de receita decorrente da exportação de recursos naturais irá desindustrializar uma nação devido à valorização cambial, que torna o setor manufatureiro menos competitivo aos produtos externos. (Nota da *IHU On-Line*)

² Nicholas Kaldor (1908-1986): foi um importante economista húngaro. De suas obras, destacamos *Ensayos sobre el valor y la distribución* (Madrid: Tecnos, 1973). Kaldor também foi professor na London School of Economics e posteriormente no Kings College de Cambridge. Especializou-se em desenvolvimento, sendo assessor de vários países subdesenvolvidos. (Nota da *IHU On-Line*)

elaboração, não vamos nos beneficiar disso. É isso que explica cada vez mais o baixo crescimento da economia brasileira e o alto nível de desemprego.

***IHU On-Line* - Muitos especialistas afirmam que um dos principais motivos para a desindustrialização no país se deve às substituições de produção local pela importação. Qual é a sua avaliação?**

Rubens Ricupero - Isso está ocorrendo, e basta ver as estatísticas. As exportações pela primeira vez superaram cem bilhões de dólares e quando se examinam as importações se vê que o peso maior é dos produtos de consumo durável. Portanto, não é como se está querendo fazer crer. Então, nós estamos exportando empregos. Com isso, vamos ter cada vez menos mercado interno para a nossa própria produção, porque vamos atender o nosso consumidor com produtos que vêm de fora, produzido por trabalhadores de fora. Isso é possível porque as *commodities*, enquanto estiverem se vendendo, permitem pagar isso. Mas não haverá dentro do país um processo de modernização da produção, de melhoria das técnicas e nem, sobretudo, oferta de empregos. Nós continuaremos com alto grau de marginalização. O passado brasileiro foi isso. Estamos trocando nosso futuro por nosso passado. Durante muitos anos, o Brasil dependia apenas do café. Até meados de 1950, 73% da renda de exportação brasileira vinha do café, e este pagava todo o resto. Estamos voltando a esse processo, de um país ainda com uma economia de tipo colonial.

***IHU On-Line* - O senhor não acredita que possa ocorrer uma reestruturação da indústria brasileira?**

Rubens Ricupero - Com essa política atual não. Não há nenhum sinal. O primeiro indicador que mostraria a reestruturação da indústria seria a taxa de investimento. Ora, as novas cifras mostradas pelo IBGE mostram que a taxa de investimento brasileiro ainda é menor do que se

imaginava. Nós pensávamos que fosse de 19%, que é muito menos que os 25% que nós investíamos no produto na época em que investíamos muito. O que se vê é que nós estamos com uma taxa por volta de 16%, que é muito baixa. Então, com uma taxa dessas não pode haver nem crescimento sustentável e muito menos a reestruturação da indústria.

IHU On-Line - Além das altas taxas de juros, o senhor atribui a decadência da indústria às décadas perdidas ou semiperdidas. Poderia falar um pouco sobre isso?

Rubens Ricupero - Foram justamente os dois choques do petróleo e depois a crise da dívida que aceleraram os problemas macroeconômicos e deixaram o Brasil estagnado e com inflação. Nós só conseguimos sair disso com o esforço de estabilização monetária com o plano real, mas não conseguimos nunca completar esse processo de mudança do modelo, porque nós, até então, tínhamos um modelo que era mais aquele modelo do passado, de uma economia mais fechada na base de substituição de exportação. Nós teríamos que ter evoluído para um modelo novo, com baixa inflação e estabilidade macroeconômica, mas com indicadores que permitissem o aumento do investimento e a melhoria da capacidade competitiva para a indústria importar. Mas isso dependia fundamentalmente de uma redução sensível na taxa de juros. Então, existe aí um problema muito grave de erros de política macroeconômica. E, nesse ponto, eu não faço distinção entre os governos de FHC e de Lula. Acho que tanto o governo anterior quanto o atual seguiram basicamente a mesma política.

Um suave fracasso

O Brasil é um suave fracasso. Ele não é um fracasso de tipo catastrófico, como foi a política Argentina, de Carlos Menem¹, do Cavallo². O Brasil, devido a essa política

¹ Carlos Menem (1930): foi presidente da Argentina de 8 de julho de 1989 a 10 de dezembro de 1999 pelo Partido Justicialista (Peronista).

monetária mais cautelosa em relação aos juros, evita esse tipo de crise, mas ao mesmo tempo mantém a economia de uma forma muito medíocre. Uma economia que cresce menos do que a média mundial, do que a média na América Latina e não consegue gerar emprego, não consegue melhorar o conteúdo tecnológico da indústria, que vai se assinalando apenas pela capacidade de exportar matérias-primas. Então, não é uma catástrofe, mas tem que ser considerada um fracasso, embora suave, porque a meu ver, o fator fundamental para julgar qualquer economia é a capacidade que essa economia tem de resolver o problema do emprego. Uma economia que não consegue resolver o problema do emprego, da melhoria da renda para todos os setores da população, sem dúvida nenhuma, só pode merecer a qualificação de um fracasso.

IHU On-Line - No ano passado, o país apresentou queda do emprego de -5,4% no vestuário, -13,2% nos calçados e -6,9% nas máquinas e equipamentos. Aqui na região do Vale dos Sinos, que corresponde aos municípios de São Leopoldo, Campo Bom e Sapiranga, nos três primeiros meses desse ano mais de quatro mil funcionários foram demitidos. Os empregos do Brasil estão migrando para outros países? De que maneira isso afeta no agravamento da desindustrialização?

Rubens Ricupero - Isso infelizmente é uma tragédia para nós. Eu estive no Rio Grande do Sul há uns três anos e pude conversar muito com as pessoas do setor calçadista. Naquela época, havia uma certa esperança de recuperação porque foi antes dessa tendência de

Eleito presidente por dois mandatos consecutivos, após alterar a Constituição, Menem é considerado o grande responsável pela crise político-econômica da Argentina em 2001. (Nota da *IHU On-Line*)

² Domingos Cavallo (1946): foi Ministro da Economia no governo de Carlos Menem. Cavallo implantou o plano econômico do governo Carlos Menem, que consistiu na equivalência do peso argentino como o dólar estadunidense por lei. Implantou também o consenso de Washington, na Argentina. (Nota da *IHU On-Line*)

valorização excessiva do real. Depois a coisa se agravou. Recentemente eu estive na China, em Shanghai, e nosso cônsul geral lá me contou que boa parte da comunidade brasileira, que aumentou muito naquele país, é formada de gaúchos que foram contratados como técnicos para a indústria de calçados da China e que estão morando lá com suas famílias. Eles têm férias e vão para o Rio Grande do Sul de vez em quando, mas levaram para lá todo o *know how*¹ que a indústria gaúcha possuía, o que é uma coisa trágica para nós, brasileiros. Os melhores elementos, que construíram a solidez dessa indústria, hoje estão sendo capturados, contratados pelos chineses que os levam para lá, utilizam os nossos couros e acabam dominando os mercados mundiais. É uma tristeza a gente ser obrigado a constatar isso.

***IHU On-Line* - Como o senhor classificaria o PAC? O que ele tem de bom e quais são suas lacunas?**

Rubens Ricupero - O PAC² é uma iniciativa correta no sentido de tentar retomar a capacidade de investimento do estado brasileiro e de gerar um crescimento econômico melhor. Mas ele não é nada inovador. Como todo mundo sabe, é apenas uma reunião de projetos que já existiam e mesmo o aumento da capacidade de investimento do estado que ele sugere é pequeno para elevar o crescimento para algo com 1,5% do PIB. Como indutor de investimentos do setor privado, o PAC só terá êxito se conseguir revelar uma capacidade gerencial e administrativa de fazer com que esses projetos saiam do papel. Até hoje o governo tem tido baixa capacidade de gerenciamento, tanto que nós podemos ver que determinados projetos, que poderiam alavancar grandes investimentos, como a lei do gás, a lei do saneamento

básico, até hoje não foram aprovados. Continua-se a notar que o governo é muito dividido e tem uma baixa capacidade de operacionalizar esses projetos. Por isso, é difícil ser otimista sobre o PAC. Até agora não se conseguiu ver nada. Talvez no ano que vem já seja um pouco mais sensível. A idéia é boa, mas que depende de uma capacidade de ação que até agora o governo não revelou possuir.

***IHU On-Line* - O senhor tem afirmado que o aquecimento global significa uma grande oportunidade para o Brasil. Poderia explicar?**

Rubens Ricupero - O que eu procurei mostrar em vários artigos é que o único setor em que o Brasil é uma potência universal é o meio ambiente, porque o País não é uma potência industrial. Estamos vendo que, em termos de matéria econômica, ele cresce muito menos do que a China, a Índia e outros países. Não é uma potência militar nem nuclear, nem precisa ser, nem deve ser. Agora, na área ambiental, o Brasil é incontornável no sentido de que não se pode ter nenhuma solução para o problema do aquecimento global e para os problemas ambientais em geral, sem passar por ele, porque o Brasil tem a maior floresta tropical do mundo, que é a Amazônia. Em segundo lugar, ele detém a maior reserva de água doce disponível no planeta, cerca de 15%; em terceiro lugar, porque ele tem uma das maiores biodiversidades do mundo; em quarto, porque ele tem uma experiência com o etanol, que é único combustível alternativo que tem funcionado em larga escala; e em quinto lugar porque a equação energética brasileira é uma equação limpa, isto é, a maioria da eletricidade e da energia no Brasil é gerada por hidroeletricidade, com exceção de alguns casos. Então, a soma desses fatores todos faz com que a solução dos problemas ambientais do mundo tenha que passar por nós, porque nós precisamos reduzir rapidamente o nível de acúmulo de gases de efeito estufa. Isso se faz com economia de

¹ **Know how:** é o conhecimento de como executar alguma tarefa. (Nota da *IHU On-Line*)

² **PAC:** é o Programa de Aceleração de Crescimento, plano econômico do Governo Federal Brasileiro, criado em 2007 com o objetivo de acelerar o crescimento econômico do país. (Nota da *IHU On-Line*)

energia, com substituição de combustíveis fósseis, e se faz pondo fim às queimadas da Amazônia. O Brasil é, hoje, o quarto maior responsável pela emissão de gases. O primeiro é o Estados Unidos, o segundo a China, e o terceiro a Indonésia, também por causa de queimadas. Então, se o Brasil conseguir resolver esse problema negativo que o afeta, que são as queimadas na Amazônia, ele terá condições de ter nos fóruns internacionais uma política muito menos defensiva, muito mais pró-ativa. Hoje em dia, pelo Protocolo de Kyoto¹, é possível a um país que executa projetos de economia de energia, de economia de queima de carbono, adquirir crédito que pode ser rendido aos países que precisam atingir uma meta de redução de emissões e que não conseguem fazer isso por esforço próprio. Então, esses países podem ter isso como uma fonte de renda. O Brasil tem feito isso em larga escala com muitos projetos que estão em execução, sobretudo, de reflorestamento. Mas, devido à resistência brasileira, no Protocolo de Kyoto nunca se pode incluir as florestas já existentes como fonte de crédito de carbono, porque o Brasil não

¹ **Protocolo de Kyoto:** O Protocolo de Kyoto é consequência de uma série de eventos iniciada com a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, no Canadá, em outubro de 1988. O protocolo é constituído de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa do aquecimento global. (Nota da *IHU On-Line*)

quis amarrar suas mãos, porque achou que isso significaria uma obrigação de não destruir a floresta. Então, devido a essa visão equivocada das coisas, o Brasil acabou perdendo essa oportunidade. Mas agora vai haver uma nova negociação no ano de 2012. Já existem opiniões, por exemplo, como a do economista do Banco Central, Nicholas Stern², que defende a idéia de que o mundo deveria pagar a países como o Brasil para manter as florestas.

² **Nicholas Stern:** economista britânico do Banco Mundial, dirigiu um estudo encomendado pelo governo Britânico sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos. O relatório resultante desse estudo foi apresentado ao público no dia 30 de Outubro de 2006 e contém mais de 700 páginas. Esse é um dos primeiros estudos encomendados por um governo sobre o assunto a um Economista e não a um cientista da área. No sítio da *IHU On-Line* pode ser conferida a entrevista que Stern concedeu à revista *Veja*, no dia 08 de novembro de 2006, intitulada *O alerta global*. (Nota da *IHU On-Line*)

“Nós fomos ultrapassados pelos outros, o que não quer dizer que isso seja um fenômeno insuperável”

ENTREVISTA COM LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, editor da revista Carta Capital, “estamos vivendo um processo complicado de perda de substância industrial em muitos setores”. Em entrevista concedida à IHU On-Line, Belluzzo diz que a indústria brasileira está estagnada, cada vez mais dependente dos insumos importados, o que, segundo ele, leva os empresários a optarem pela importação de produtos estrangeiros.

Luiz Gonzaga Belluzzo é formado em Direito, mestre em Economia Industrial pelo Instituto Latino-Americano de Planificação-Cepal e doutor em Economia pela Unicamp. Belluzzo foi assessor da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo entre 1969 e 1971, assessor de Economia Política da presidência do PMDB de 1974 a 1992, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 1985 e 1987 e secretário de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo. Foi o fundador da Facamp (Faculdades de Campinas). Atualmente, Belluzzo é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e editor da revista Carta Capital.

Entre algumas de suas obras, destacamos Valor e Capitalismo (São Paulo: Brasiliense, 1980); O senhor e o unicórnio - A economia dos anos 80 (São Paulo: Brasiliense, 1984); A luta pela sobrevivência da moeda nacional (São Paulo: Paz e Terra, 1992); Poder e dinheiro (Petrópolis: Vozes, 1997); Estados e moedas (Petrópolis: Vozes, 1999); e Depois da queda (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002).

IHU On-Line - Do capitalismo brasileiro já se falou de tudo um pouco: que ele é dependente, tardio, emergente... Em sua opinião, o Brasil tem ou não tem um padrão de desenvolvimento capitalista? Considerando o cenário internacional, como o senhor caracteriza o nosso capitalismo?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Claro que o Brasil tem um padrão de desenvolvimento capitalista. Todas as

estruturas das relações de produção e a natureza das forças produtivas são capitalistas. É um padrão de desenvolvimento capitalista periférico e dependente porque não tem autonomia tecnológica e financeira. Na verdade, nós já estivemos mais próximos de fazer a aproximação com os países desenvolvidos do que estamos agora. Acontece que nós temos que olhar o capitalismo brasileiro no processo de desenvolvimento de reprodução

do capitalismo internacional. O Brasil é uma dimensão desse capitalismo que, durante certo tempo, conseguiu realizar a sua trajetória de perseguição aos países mais desenvolvidos com a industrialização. O Brasil já teve num ritmo melhor nos anos 1950, 1960 e mesmo no regime militar. Agora nós sofremos um retrocesso. Segundo o conceito de desenvolvimento capitalista, o Brasil não é um país tão importante quanto era no conjunto das relações de profissão, de desenvolvimento do acesso produtivo.

***IHU On-Line* - Alguns consideram que a era FHC significou um desastre para a indústria brasileira. Outros avaliam que o seu governo inseriu o Brasil na nova ordem econômica internacional e obrigou o capitalismo nacional a se reestruturar. Qual é a sua avaliação?**

Luiz Gonzaga Belluzzo - Eu acho que o governo Fernando Henrique fez um diagnóstico equivocado da natureza do processo de globalização. Na verdade, a integração de Fernando Henrique reduziu nossa participação no comércio mundial, tornou o Brasil um país vulnerável e provocou a crise de 1999, da qual ainda nós não nos recuperamos inteiramente, além de ter dificultado a desobstrução do caminho para que o país fizesse uma integração mais virtuosa. O que aconteceu foi que, devido à emergência da China, fomos salvos por nossos recursos naturais e pela mudança da estrutura da demanda no comércio internacional, o que favoreceu muito as *commodities*. Além disso, favoreceu outros países, sobretudo, os que exportam *commodities* que, de certa forma, viraram clientes, principalmente na América do Sul, das manufaturas brasileiras. Mas a indústria brasileira sofreu um retrocesso enorme desde o período do Fernando Henrique e continua até agora, por conta dos desalinhamentos no câmbio dos juros, causados por uma política monetária fiscal e cambial

desastrosa do período Fernando Henrique, que teve seqüência no governo Lula até agora.

***IHU On-Line* - O Brasil é considerado um país emergente. Entretanto, alguns afirmam que este conceito está superado, considerando-se que temos indústrias como a Vale do Rio Doce, a Petrobras e a Embraer, entre outras, que disputam o mercado internacional de igual para igual com as grandes transnacionais. O que o senhor pensa disso?**

Luiz Gonzaga Belluzzo - Algumas indústrias brasileiras não estão nos setores mais dinâmicos, como a Vale¹. A Embraer², sim, está. Para quem estuda processo de industrialização, a Embraer é considerada um caso singular e excepcional no desenvolvimento da indústria brasileira nos últimos anos. O Brasil não está entre os países que têm suscitado interesse dos investidores em novos empreendimentos industriais no mundo. Já esteve, mas atualmente não está mais. A indústria brasileira ainda é de média intensidade tecnológica, com raras exceções, como a Embraer, que, mesmo assim, tem pouco valor agregado, porque ela importa a maior parte dos componentes que utiliza. Ela tem potencial para se transformar numa espécie de centro difusor de progresso tecnológico, se o Brasil tivesse uma política macroeconômica mais adequada.

¹ **Vale do Rio Doce:** A Companhia Vale do Rio Doce é a maior empresa brasileira do ramo da mineração. A antiga empresa de economia mista, criada no governo Getúlio Vargas, é hoje uma empresa privada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e ações negociadas na Bovespa e no NYSE. (Nota da *IHU On-Line*)

² **Embraer:** Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) fabrica aviões de pequeno e médio porte para uso na aviação regional, executiva e agrícola, além de caças militares e aviões de sensoriamento remoto e para transporte de autoridades. A Embraer é a terceira maior produtora de jatos comerciais, atrás da Airbus e Boeing. Sua sede localiza-se na cidade de São José dos Campos, interior do estado de São Paulo e possui diversas outras unidades, inclusive uma na China. (Nota da *IHU On-Line*)

IHU On-Line - O senhor acha que estamos saindo da era industrial, que estamos vivendo uma crise industrial, ou, na verdade, o que ocorre é um processo de reestruturação industrial? Em qual desses caminhos o senhor aposta? Se for a primeira opção, que alternativas podemos vislumbrar em substituição a isso?

Luiz Gonzaga Belluzzo - O processo de reestruturação industrial supõe que estejamos avançando nos setores mais dinâmicos e intensivos da tecnologia, mas nós sequer temos uma fábrica de chips aqui no país... Nós, na verdade, dependemos cada vez mais dos insumos importados. Com o câmbio valorizado, os empresários preferem importar e colocar sua marca, vendendo produtos estrangeiros a se preocupar com a produção. Então, estamos vivendo um processo complicado de perda de substância industrial em muitos setores. Há 25 anos, o Brasil parou de crescer, modificando muito pouco o seu setor industrial e importando também muito pouco para ele. Então, nós fomos ultrapassados pelos outros, o que não quer dizer que isso seja um fenômeno insuperável, mas não será uma coisa simples de ser transformada, pois perdemos muita posição em relação aos países vizinhos ditos emergentes, que se industrializaram. Nós temos, por exemplo, uma estrutura setorial de indústria e de agricultura que é característica de país desenvolvido, mas nossa indústria é atrasada, por isso nós somos atrasados relativamente. É preciso recuperar os instrumentos de fazer política industrial. Nós fomos, na verdade, traídos por essa política econômica desastrosa dos anos 1990. A economia está quase que exclusivamente apoiada nas atividades primárias ou nos seus vícios. A indústria não tem nenhum dinamismo, e isso é grave, porque um país industrializado deve chegar a um nível de renda *per capita* muito elevado, e o Brasil não chegou. Está longe ainda. O Brasil tem 4.800 dólares de renda *per capita*.

Portanto, ainda não tem condições de se permitir ao processo de perda de substância do setor manufatureiro.

IHU On-Line - A desindustrialização, de alguma maneira, pode ser positiva para o País?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Não. Não acho que pode ser positiva. É muito grave porque o avanço da indústria permite que se estabeleça uma série de relações dentro da economia que provavelmente vão se desfazer. As cidades vão piorar do ponto de vista das condições de vida, do padrão de vida. Será uma coisa complicada. Nós já estamos assistindo a isso em todos os centros urbanos grandes e médios brasileiros. Se compararmos com 30 anos atrás, a violência, a favelização, tudo aumentou muito, porque o agronegócio é importante para a balança comercial, mas ele não é importante para o emprego; pelo contrário, ele destrói empregos. Então, é muito importante para a balança comercial, é bom que exista para nós, mas desde que tivéssemos uma política econômica que não defendesse também a regressão industrial. Não há escolha para um país do tamanho do Brasil. Não há escolha, infelizmente, entre industrializar-se ou não.

IHU On-Line - De acordo com a análise do IEDI (Instituto Econômico de Desenvolvimento Industrial), o Real tende a fazer a indústria brasileira se concentrar na produção de mercadorias de baixo teor tecnológico, além de limitar a capacidade de o País desenvolver e incrementar setores baseados em inovação tecnológica. Qual a sua opinião referente a essa avaliação do IEDI? O senhor concorda?

Luiz Gonzaga Belluzzo - A indústria brasileira faz tempo que está estagnada, ou seja, não avança, está travada. Ela não avança para os setores de maior intensidade tecnológica e, quando nós pensarmos em fazer isso, o espaço já estará ocupado. Os chineses estão fazendo isso com grande intensidade.

IHU On-Line - O senhor disse que a estrutura industrial brasileira pode ser comparada a uma nebulosa em que se sobressaem algumas grandes e médias empresas em cada setor. Essas grandes empresas resistiram até agora. Elas irão resistir à desindustrialização por muito tempo ou tendem a se reestruturar ou ainda migrar para outros países onde a política econômica seja mais favorável?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Se continuar essa combinação de juros elevados, de câmbio valorizado, certamente muitas delas não vão resistir muito, porque há um limite para fazer a situação regressiva. Quer dizer, as empresas mandam gente embora, cortam linha de produção, terceirizam alguns processos, mas têm um limite. Se, na verdade, a economia não tem dinâmica, ela não cresce, não estanca o valor agregado e será difícil manter isso. Então, acontece que muitas empresas estão migrando, e a sensação é como se estivesse acontecendo um desmonte. Muitas delas estão fechando, deixando de produzir ou importando direto. Então não sei até que ponto as empresas vão resistir, mas imagino que não muito.

IHU On-Line - China, Índia e Coréia do Sul exibiram taxas de crescimento do produto interno nos últimos anos. O que se observa nesses países é a prática de uma política macroeconômica, pró-desenvolvimento, com estabilidade de preços, baixas taxas de juros e câmbio desvalorizado para estimular as exportações. Por que o Brasil não consegue adotar esse tipo de rumo?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Porque, na verdade, os asiáticos fazem isso há muitos anos. Eles sempre foram muito persistentes nas políticas que fizeram. Sempre se endividaram pouco em dólar e foram muito cuidadosos com isso. O Brasil teve os choques dos anos 1980, determinado pelo colapso do endividamento externo.

Depois, teve a má condução da política econômica dos anos 1990. Por sua vez, os asiáticos sempre tiveram mais continuidade e foram mais cuidadosos com tudo isso, conseguindo manter o câmbio estável, sem adotar o câmbio flexível. Além disso, cuidaram de estabilizar o câmbio num nível que lhes fosse muito favorável.

IHU On-Line - Para muitos especialistas, esse segundo mandato do Lula será ainda mais conservador. Se ele mantiver essa posição, causará mais desindustrialização no País? Qual a sua avaliação?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Se as condições internacionais se mantiverem como estão com liquidez excessiva, e o Brasil não conseguir se livrar dessa combinação juros e câmbio, as coisas vão certamente se agravar.

IHU On-Line - Qual a sua opinião sobre o Programa de Aceleração do Crescimento - o PAC? O que ele tem de melhor e no que é insuficiente? Qual a influência do PAC para as transformações industriais no País?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Acho que ele aponta para as questões certas, mas falta definir quais são as condições de financiamento. Não está muito clara a definição da política industrial ou se toda a definição da indústria é que pode ser considerada prioritária. Agora o governo está querendo fazer a defesa dos setores mais intensivos de mão-de-obra, mas não está muito clara qual é a estratégia industrial nem quais são os instrumentos a serem utilizados.

IHU On-Line - Celso Furtado sempre afirmava que a obsessão do Brasil deveria ser a de se constituir como uma nação. Pensando na perspectiva de um projeto de nação furtadiana, o governo Lula está no rumo certo?

Luiz Gonzaga Belluzzo - O Brasil não tem esse projeto faz tempo. Isso não é uma coisa que cai do céu, e sim um processo social. Quando o Brasil tinha um projeto de industrialização, que decorreu da crise dos anos 1930,

dos arranjos políticos, social e econômico, da crise violenta da cafeicultura, o País conseguiu arranjar essa resposta. Agora parece que a sociedade não está sofrendo esse desafio. Eu acho que o governo não está certo ou errado. Na verdade, as forças sociais que levaram o Lula ao governo não têm capacidade de mobilização suficiente nem articulação suficiente para impor esse projeto.

IHU On-Line - Aconteceu, na última semana, no Rio de Janeiro, o 2º Workshop Internacional do projeto Brics. Nesse Workshop, alguns economistas estiveram empenhados em estudar elos entre as economias do Brics em busca de caminhos para a superação do atraso econômico. Basear-se na economia dos países do Brics pode ser uma alternativa para a abertura de novos mercados?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Eu não sei por que inventaram esse negócio de Brics¹, porque eles estão falando de coisas diferentes, não são economias parecidas. São grandes em termos de território, mas não são as mesmas economias. Essas economias são muito heterogêneas. Talvez elas sejam até em certo sentido complementares. Mas as duas únicas que têm mais inclinação para inovação, para caminhar nessa direção, são a Índia e a China. O Brasil, por enquanto, está muito atrasado, até porque um país sem perspectiva de crescimento industrial não inova. Precisa haver uma relação muito sinérgica entre inovação e crescimento industrial, ou

¹ Brics: é um acrônimo cunhado pelo grupo Goldman Sachs para designar os quatro principais países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China. Mais tarde, África do Sul também passou a fazer parte do grupo. O projeto Brics busca analisar e comparar as diferentes trajetórias e estratégias dos países integrantes, a partir da perspectiva de sistemas nacionais de inovação. O projeto teve dois workshops, o primeiro organizado em fevereiro de 2006 pelo grupo IKE da Universidade de Aalborg, e o segundo em abril de 2007, promovido pela Redesist, no Rio de Janeiro. (Nota da *IHU On-Line*)

seja, O Brasil é um país que não está no mesmo grau e na mesma intensidade de dinamismo. A África do Sul tem basicamente os mesmos problemas que o Brasil: uma política macroeconômica muito mal desenhada, uma massa de pobreza enorme, além de um desempenho econômico ruim. Desempenho econômico medíocre, eu diria. Já a Índia e a China não. São países que estão caminhando na direção de perseguir uma cena de desenvolvimento mais rápido e mais acelerado. A Rússia é um país complicado porque vive da exportação de petróleo, gás, minerais, de produtos naturais, portanto. Eu não sei se essas economias são modelos, mas são elas que possuem, agora, maior capacidade e velocidade de crescimento, ao contrário de outros países que não possuem o mesmo desempenho.

IHU On-Line - O senhor diz que o Brasil está crescendo abaixo da sua marca histórica e ao mesmo tempo investindo pouco na área industrial. Qual é a tendência para os próximos anos? O senhor tem uma visão pessimista em relação ao crescimento econômico no país?

Luiz Gonzaga Belluzzo - Eu não tenho uma visão nem pessimista nem otimista. Eu tenho uma visão um pouco cética por causa dos últimos 25 anos. Eu diria que nós temos poucas chances de sair dessa situação. Talvez o País cresça num ano 4,5%, no outro 5%, mas tenho minhas dúvidas em relação a uma continuidade de crescimento. Não creio que o Brasil vá apresentar o mesmo desempenho dos anos 1950, 1960 e 1970. E não é só por causa da economia, e sim por causa da sociedade brasileira que não tem mais energia e vitalidade. É uma sociedade acomodada.

“Podemos encarar essa desindustrialização como um problema a ser enfrentado e revertido”

ENTREVISTA COM LIANA CARLEIAL

A economista Liana Carleial, em entrevista exclusiva à IHU On-Line, por telefone, afirma que a desindustrialização no País não pode ser entendida apenas como uma desindustrialização clássica. Para ela, o que ocorre atualmente no Brasil é uma “desindustrialização acelerada”, a qual ela atribui à diferença histórico-estrutural.

Liana Carleial é professora titular da Universidade Federal do Paraná e pesquisadora do CNPq. Tem graduação e mestrado em economia pela Universidade Federal do Ceará, com a tese intitulada Salários e desemprego: o caso brasileiro e doutorado em teoria econômica pela Universidade de São Paulo, USP, com a tese Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso. Liana Carleial também cumpriu estágio de pós-doutorado em Economia Industrial na Université Paris XIII (Paris-Nord), U.P.XIII, Villetaneuse, França. Foi diretora-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e professora-convidada, na Faculté d'Économie et Gestion da Université de Picardie Jules Verne, em Amiens-France. Entre outros artigos, a professora publicou “Subdesenvolvimento globalizado: a resultante das escolhas da política econômica brasileira dos anos 1990” e “Economia Solidária: utopia transformadora ou política assistencialista de controle social?”.

IHU On-Line - No artigo “Firmas, flexibilidade e direitos no Brasil: aonde vamos?”, a senhora diz que o Brasil passa por um lento e incontestado movimento de realocação industrial. O que isso significa?

Liana Carleial - Nesse texto eu procuro discutir as mudanças que o país sofreu de forma mais intensa nos anos 1990, em consequência da abertura comercial, da privatização das empresas estatais e, fundamentalmente, da reestruturação capitalista. Esse é um processo que a indústria e os demais setores da economia sofreram para se “adequar” ao modelo imposto

pela mundialização. A reestruturação pode ser entendida como um conjunto de mudanças organizacionais, tecnológicas e de gestão da força de trabalho num ambiente de mudanças institucionais importantes (desregulamentação dos mercados de trabalho, financeira etc) e de instalação de um novo paradigma tecnológico centrado, na microeletrônica. Eu estudei também o processo de desverticalização de várias grandes empresas e da consequente constituição de suas redes de subcontratação nos setores da metal-mecânica, eletro-eletrônica e confecções.

Já a realocização industrial iniciou-se como um processo de transferência de alguns investimentos das regiões Sul e Sudeste em direção ao Nordeste, como no caso dos calçados, em busca de menores salários; atualmente já é possível constatar uma tendência de interiorização da indústria brasileira. Recentemente estive na Unicamp, para a banca de defesa de dissertação de mestrado de Tiago Oliveira¹, na qual ele aponta exatamente essa realocização industrial como uma tendência mais geral. Veja que, segundo os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), em 2005, as regiões metropolitanas abrigavam 32% dos estabelecimentos industriais de grande porte, enquanto, no final dos anos oitenta do século passado essas mesmas regiões detinham 50% desses estabelecimentos.

IHU On-Line - O processo de desindustrialização, que muitos especialistas afirmam estar acontecendo no país, tem gerado muitas controvérsias. O que ocorre é uma desindustrialização precoce no país?

Liana Carleial - Hoje, a gente tem que ter muito cuidado ao discutir a desindustrialização para não gerar mal entendidos. Eu acho importante estabelecer essa discussão tendo presente a condição do subdesenvolvimento brasileiro. A desindustrialização, entendida como perda de participação da indústria no valor adicionado do país, ou seja, no PIB e ainda no emprego total, é um conceito clássico. Agora, contemporaneamente, ele assume um determinado formato. Nas economias desenvolvidas, isso começou a acontecer nos anos 1970, e foi acompanhado pelo processo de “terceirização” do emprego nestas economias. “Terceirização” no sentido da migração do emprego industrial para um emprego no setor terciário moderno, mais dinâmico e ligado, por exemplo, à

¹ Tiago Oliveira apresentou a dissertação intitulada *Transformações Recentes do Emprego na Grande Empresa Industrial no Brasil*, em fevereiro de 2007, na Unicamp. (Nota da IHU On-Line)

informática e ao setor financeiro. Esse, no entanto, não é o caso dos países subdesenvolvidos.

Na realidade, se consideramos os casos latino-americano e brasileiro, em particular, vamos constatar que quando a industrialização avança por aqui, o mundo desenvolvido tinha conseguido construir seus núcleos de inovação, já estava dominado por grandes empresas e já era povoado por sociedades mais igualitárias. Essa defasagem tem implicações importantes, nunca superadas, no que se refere à tecnologia e à capacidade de absorção de força de trabalho pela indústria. Mesmo assim, o Brasil, como sabemos, conseguiu construir uma importante estrutura industrial, complexa e diversificada, dos bens de consumo leves aos bens de capital. No entanto, essa diferença original vai implicar que o processo de desindustrialização clássico ocorre por aqui mais cedo, relativamente ao mesmo processo nos países desenvolvidos, porém sem que os efeitos da industrialização tivessem ainda atingido parcelas significativas da população. Então, é como se a gente tivesse uma aceleração desse processo, por um lado, e por outro, com conseqüências também diferenciadas.

IHU On-Line - Não é possível comparar o crescimento do Brasil com o de países desenvolvidos?

Liana Carleial - Não vivemos a mesma situação, porque sempre tivemos um significativo emprego no setor terciário, só que um terciário de baixa produtividade e de baixos salários. Então esses movimentos não são comparáveis. É importante ter isso claro, porque se não fica a impressão de que o Brasil está simplesmente seguindo o caminho dos países desenvolvidos, logo não haveria qualquer problema! Eu quero marcar bem que há uma diferença. Uma diferença histórico-estrutural. Essa diferença vai se aprofundar depois dos anos 1980 e 1990. Nos anos 1980 do século passado, o país teve a crise da dívida externa, a natureza da nossa vulnerabilidade externa complicou-se e, adicionalmente, o modelo de

financiamento desse desenvolvimento que se tinha tido até então entrou em crise. Tudo isto gerou uma grande crise industrial e, eu diria que, até hoje, nós não saímos verdadeiramente dela porque nós não conseguimos construir novamente um modelo de desenvolvimento, um projeto de desenvolvimento e, digamos assim, juntar a nação em torno dele. Eu não sou pessimista; estou apenas mostrando as dificuldades que hoje são maiores, mas que foram sendo constituídas ao longo do tempo.

IHU On-Line - Se considerarmos o movimento de privatização, o movimento de internacionalização da economia, associado à abertura comercial financeira pelas flexibilizações do mercado de trabalho, podemos dizer que esses fatores tiveram um impacto na estrutura produtiva industrial, levando a desindustrialização no Brasil?

Liana Carleial - Tudo isso teve um impacto muito forte na estrutura produtiva, especialmente a industrial. Eu começaria dizendo que, quanto à desindustrialização, naquele conceito clássico discutido anteriormente, há praticamente um consenso entre os estudiosos. Quando a gente analisa o quadro brasileiro, a partir do conceito de desindustrialização como perda de participação relativa no produto industrial, no PIB e no emprego, há um consenso em todos os estudos. Isso não é apenas uma tendência, já permite uma constatação consubstanciada nas seguintes evidências: no auge da industrialização do país, em 1980, a participação da indústria no PIB brasileiro era de 30%; chega a 33% em 1986; recua para 19% em 1998, e, após a desvalorização do real, em 1999, começa a reverter a sua posição, chegando a 22% em 2004.

Dependendo dos períodos analisados, há vários estudos que evidenciam esse ponto. A Unctad divulgou em 2003, um documento mostrando que havia uma diferença muito grande de comportamento da indústria dos países em desenvolvimento, quando são comparados, por

exemplo, América Latina, China e Índia, identificando entre nós (latino-americanos) uma perda de dinamismo industrial, sinalizando para uma desindustrialização negativa. O IEDI, do qual retirei os dados acima, aponta na mesma direção e os meus colegas de UFPR, Fábio Scatolin¹ e Gabriel Meirelles² também apontam essa desindustrialização no sentido clássico, para citar apenas alguns trabalhos.

A pergunta que se abre a partir dessa constatação é: qual o seu significado no contexto do subdesenvolvimento globalizado? Isto sinaliza um problema a ser enfrentado ou não? Eu faço parte daqueles que acham que há um problema e um problema grave. Primeiro porque não é comparável ao que está acontecendo nos países desenvolvidos. Veja que, por exemplo, ainda hoje, a França e a Inglaterra possuem uma participação de seus produtos industriais no PIB maior do que a nossa.

Em segundo lugar, esse processo também pode ser visto num contexto mais amplo como aquele de desindustrialização, como mudança na estrutura industrial. Já em 2002, o Ricardo Carneiro³, da Unicamp, mostrava uma certa especialização da indústria em determinados setores, impondo uma perda ao País daquela diversidade e complexidade industrial adquiridas no período de 1949 a 1980; do mesmo modo, já identificava a ampliação do componente importado dessa indústria. Hoje, esse dois movimentos se ampliaram e

¹ **Fábio Scatolin**: é mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutor em Economia pela University Of London. Atualmente, ele é professor da Universidade Federal do Paraná. (Nota da *IHU On-Line*)

² **José Gabriel Meirelles**: é mestre em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas e doutor em Economic History pela London School Of Economics. Atualmente, é professor adjunto II da Universidade Federal do Paraná. (Nota da *IHU On-Line*)

³ **CARNEIRO, Ricardo**. *Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX*. (São Paulo: Editora UNESP/UNICAMP, 2003). (Nota da *IHU On-Line*)

estão agravados também em consequência da política econômica em curso, que induz à valorização do real e subordina todas as demais variáveis à dominância da política monetária. Eu gostaria de reforçar o argumento de que a nossa desindustrialização não pode ser entendida meramente como a desindustrialização clássica do capitalismo avançado. Nós temos, sim, uma desindustrialização acelerada pela diferença histórico-estrutural e agravada pelo processo de ajuste dos anos 1990, pois tivemos inserção na globalização pelo lado financeiro e não pelo lado produtivo e, finalmente, pela natureza da política econômica. Agora, isso não é tudo, porque quando a gente joga essa discussão na atualidade contemporânea, neste ano de 2007, há muitas questões que a gente precisa incorporar e que dão outro conteúdo ou outro significado a essa constatação da desindustrialização num contexto de subdesenvolvimento globalizado.

***IHU On-Line* - Qual é a principal diferença entre a desindustrialização que ocorre nos países desenvolvidos e a que ocorre no Brasil? Nosso país foi influenciado pela desindustrialização dos países de primeiro mundo?**

Liana Carleial - Os países desenvolvidos também sofrem um processo de desindustrialização em decorrência da reestruturação capitalista e dessa “nova” fase da globalização, uma vez que alguma parte do emprego industrial deles foi transferido para outros países. Ou foram para a Ásia, para a América Latina e para a Europa Oriental. Entretanto há uma especificidade nessa deslocalização industrial no mundo que atinge muito a América Latina. É que esse processo de deslocalização, tomando como exemplo, o caso da automotiva, não foi acompanhado por processos de transferência de conhecimento e de aprendizado local. Em junho do ano passado, eu participei de um congresso

do GERPISA¹, no qual havia pesquisadores sobre a indústria automobilística de vários países e só no caso brasileiro não havia práticas consistentes e continuadas de transferência de conhecimento entre as empresas-sede e as suas montadoras. Mais uma vez, a China e a Índia mostram que pode se fazer diferente. Então, existe em curso um processo de constituição da firma-rede que representa, em certo sentido, o lugar (*o locus*) privilegiado da divisão internacional do trabalho que, por si só, já faz uma diferença entre a indústria que temos e a que os desenvolvidos têm lá.

Mas voltando ao ponto que eu comecei a argumentar na minha resposta anterior quanto ao significado dessa desindustrialização. Acho muito importante que coloquemos essa questão com mais destaque e com maior aprofundamento, pois a economia mundial globalizada oferece, neste momento, novos riscos para o mundo subdesenvolvido. Um deles é como se encara a vigorosa entrada da China no comércio mundial, alterando os preços relativos e impactando diferentemente sobre produtos agrícolas e produtos industriais. Ela deslocou muito fortemente a demanda por produtos primários e isso atinge não só o Brasil, mas a África também, favorecendo a exportação de outros países como a Argentina e a África do Sul. Isso gera um efeito positivo sobre as rendas agrícolas e penaliza a indústria. Fica mais difícil num momento de perspectivas positivas para as receitas agrícolas e para a manutenção/ampliação de superávits comerciais agrícolas dar-se a devida atenção aos efeitos desse mesmo fenômeno sobre a indústria. Mais delicada é a situação se adicionarmos o esforço que a indústria precisa fazer para ganhar competitividade internacional

¹ Gerpisa: foi fundada por Michel Freyssenet e por Patrick Fridenson. Inicialmente era uma rede francesa composta por pesquisadores de economia, gerência, história e sociologia que estudavam a história do automóvel. Em 1992 foi transformada numa rede internacional para

para compensar a perda imposta pela valorização do real. Em suma, qual tem sido o custo para manter e ampliar as exportações tanto agrícolas como industriais diante desse “tsumani” chinês e desta política econômica viesada? Parece que a saída tem sido reforçar o papel de exportador de produtos primários para os países subdesenvolvidos.

IHU On-Line - O Brasil tem condições de reestruturar a indústria, ou, como a senhora diz, é possível reindustrializar-se a partir da exportação dos produtos gerados com a cana-de-açúcar?

Liana Carleial - O Brasil já perdeu várias oportunidades de inverter a tendência e de entrar numa trajetória de reversão do subdesenvolvimento. Eu considero que nós estamos num momento crucial dessa natureza que é capitaneada por essa euforia com um novo ciclo da cana-de-açúcar e do pretense papel do Brasil enquanto redentor da economia mundial naquilo que se refere à energia renovável. Acho que essa é uma questão que a gente precisa olhar com muito cuidado, porque pode ser um novo risco que a economia mundial oferece e que, dependendo da forma como o país e a política econômica capturam esse momento, o resultado pode ser positivo ou negativo. Neste contexto da desindustrialização e diante do “sucesso” dos produtos primários no mercado mundial, corre-se o risco de ganhar força o entendimento de que o Brasil encontrou uma “nova” porta de saída. Vamos agora nos consolidar enquanto um país primário exportador, mas com uma função importante, que é ser um pouco o redentor dos problemas da energia não renovável, por exemplo. Esse é um grave problema porque é possível analisar o mesmo fato de outro ângulo, ou seja, constituir no país uma álcoolquímica e desenvolver industrialmente tudo que é possível fazer na cadeia da cana-de-açúcar. E assim reduzir a dependência

executar o primeiro programa de pesquisa internacional. (Nota da *IHU On-Line*)

dos produtos químicos que o país tem dos mercados externos. Eu acho até que ainda daria para recuperar um artigo antigo da Carlota Perez, acho que de 1985, quando ela fala da necessidade dos países subdesenvolvidos interpretarem bem a realidade mundial, compreenderem bem a sua posição relativa no mundo e aproveitarem “as janelas de oportunidade”. De um lado, nós, brasileiros, podemos escolher consolidar a nossa posição de periferia do capitalismo, enquanto um país primário-exportador. Não é mais o café, a borracha, o açúcar ou a soja. Mas será o álcool! De outro lado, porém, podemos encarar essa desindustrialização como um problema a ser enfrentado e revertido, pois interessa a todos nós por todas as repercussões positivas sobre a estrutura produtiva, sobre o mercado de trabalho e ainda sobre a autonomia do país. Um país como o Brasil, com o setor industrial que ele foi capaz de criar, não há porque optar pela exportação de *commodities*. Podemos transformar isso numa grande oportunidade de formação de pessoal, de constituição de programas voltados para a cadeia de produtos químicos a partir da cana e do álcool e constituir uma nova força industrial ao lado da produção da cana e da exportação do álcool.

IHU On-Line - Alguns especialistas têm uma relativa descrença em relação à eficácia e à necessidade da política industrial. Qual a sua avaliação?

Liana Carleial - Essa descrença, num ambiente de constatação da desindustrialização, é desastrosa. Alguns economistas e políticos consideram que os fundamentos da economia bem ajustados, leia-se fundamentalmente o controle inflacionário, associado a indicadores positivos de aceitação pelos mercados do rumo da política econômica do país A ou B, são o suficiente. E, na verdade, não é suficiente para um país com as características das do Brasil. Eu acho que, diante da tendência da desindustrialização, num país com forte concentração de renda e mercados de trabalho restritos,

no que se refere à capacidade de geração de postos de trabalho qualificados e com salários acima de dois salários mínimos mensais, é imprescindível o estabelecimento de uma “contra-tendência”. No entanto, essa descrença também poder ter origem na incapacidade que o Brasil tem demonstrado em mudar a natureza da política industrial, o que é um imperativo. Eu me explico. O governo Lula criou a Política Industrial de Comércio Exterior e Tecnológica, em 2003, integrada ao Comércio Exterior, logo bem concebida. Priorizou os setores deficitários no comércio exterior: fármacos, software, bens de capital e semi-condutores. O que aconteceu de lá para cá? Eu diria que muito pouco. O que eu defendo, naquele artigo sobre o subdesenvolvimento globalizado, de 2004, é que dada a natureza das mudanças ocorridas a partir dos anos 1990 e da presença maciça das firmas-rede em diferentes setores da indústria, não adianta apenas montar uma política industrial centrada na atração de novos investimentos e limitada à produção. A natureza da política industrial precisa mudar e ir além da produção. Isso porque dada essa correlação de força entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos discutida acima, o fato agravante de o conhecimento ter se transformado num ativo que você vende e aluga, o que na realidade subordina ainda mais os países subdesenvolvidos, faz com que seja preciso mudar a natureza da política industrial. É preciso que ela seja capaz de ampliar a capacidade do país sediar projetos industriais e desenvolver produtos, por mais simples que sejam. Certamente, torna-se necessário incorporar uma dimensão da política pública voltada para a indústria. O país tem os instrumentos institucionais para fazer isto, pois ainda tem o BNDES, por exemplo. É a isto que chamo mudança na natureza da política industrial. Naquele artigo discuto melhor esse ponto.

***IHU On-Line* - Quais as implicações da desindustrialização sobre o mercado de trabalho no país?**

Liana Carleial - A desindustrialização tem implicações violentas sobre o mercado de trabalho porque se nós temos uma indústria com baixa capacidade de sediar projetos e desenvolver produtos, você não tem como qualificar os postos de trabalhos, melhorar a estrutura salarial e melhorar a formação profissional dos engenheiros, químicos, técnicos em geral. Se conversarmos hoje com um engenheiro formado há 30 anos e que seja professor, ele vai confirmar que, na média, há uma tendência de redução do conteúdo da disciplina que ele ensina hoje, em relação ao conteúdo que ele recebeu na mesma disciplina. É isto que interessa ao futuro do país e ao futuro do mercado de trabalho brasileiro?

“Não é uma questão de desindustrialização, é que a estrutura industrial não evolui da forma como deveria”

ENTREVISTA COM JOSE EDUARDO CASSIOLATO

Em entrevista à IHU On-Line, concedida por telefone, o economista José Eduardo Cassiolato disse que o Brasil apresenta um baixo crescimento porque não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento dos outros países. Para mudar esse quadro de crise em que a indústria brasileira se encontra atualmente, ele afirma que serão necessárias, entre outras coisas, medidas estaduais “que estimulem as empresas” para que elas possam “inovar e investir mais”, podendo, assim, competir num nicho de mercado “que não é aquele em que os chineses vão ser nosso principal concorrente”.

José Eduardo Cassiolato é graduado em economia pela Universidade de São Paulo, mestre e doutor em economia pela Universidade de Sussex e pós-doutor pela Université Pierre Mendés France. Atualmente ele é professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor convidado da Université de Rennes I e membro do comitê Científico da Global Research Network on the Economics of Learning, Innovation and Compet.

IHU On-Line - Qual é o futuro da indústria brasileira: sofrer uma reestruturação industrial ou perdurar numa crise de desindustrialização?

José Eduardo Cassiolato - Há um longo debate na academia: o Brasil passou ou não por uma desindustrialização?. O consensual é que, em primeiro lugar, o peso da indústria manufatureira caiu nos últimos 20 anos, o que quer dizer que hoje em dia ele está em menos de 20%, enquanto na China, por exemplo, a indústria é mais de 40% do PIB chinês. Então, houve, sem dúvida, um processo de mudança no perfil da estrutura produtiva brasileira, onde o peso relativo da indústria manufatureira tem sido menor. O segundo ponto importante é que, dentro da estrutura da indústria brasileira, o peso relativo dos setores (que são aqueles mais dinâmicos no quadro atual do capitalismo, e eu me refiro basicamente à indústria do complexo eletrônico,

desde a indústria de computadores, software, telecomunicações, microeletrônica) é muito pequeno se compararmos com países mais avançados e mesmo com países em desenvolvimento, como a Coréia e a própria China. Isso quer dizer que o peso desse setor da indústria, no caso brasileiro, está entre 5% a 8% do PIB da indústria, enquanto nos países dinâmicos ele está acima de 20%. Então, no fundo, a questão que temos é esta: uma estrutura produtiva desbalanceada e com pouca participação dos setores mais dinâmicos. Não é uma questão de desindustrialização. É que a estrutura industrial não evolui da forma como deve evoluir, acompanhando as economias mais dinâmicas no quadro internacional. O futuro dependerá de políticas mais ou menos ativas para reverter essa tendência. Até recentemente eu era muito cético em relação a isso. Com base nos dados das manifestações mais recentes, eu

comecei a ser mais esperançoso. Podemos passar por uma reestruturação benigna a partir de políticas voltadas a aumentar o peso relativo na estrutura produtiva brasileira.

IHU On-Line - Alguns especialistas criticam as últimas três décadas da economia política e a falência dos órgãos de inovação no parque produtivo. Podemos dizer que estamos vivendo hoje no País o reflexo dessas décadas de penúria?

José Eduardo Cassiolato - A crítica que se faz é em relação às três décadas que a nossa economia foi caracterizada pelo uso de uma política econômica de corte neoliberal, que, de certa maneira, nos tem levado a ter um desempenho pífio. Ou seja, as taxas de crescimento são baixíssimas, e o País não foi capaz de incorporar essas novas tecnologias na estrutura produtiva brasileira. Então, essa crítica é pertinente. Não sei se isso se deve à falência dos órgãos de inovação no parque produtivo. Eu não concordo com essa segunda parte. A falência foi dos órgãos de formulação de política econômica, os quais levaram a quase três décadas perdidas do ponto de vista de adaptação ao quadro da globalização, de incorporação de mão-de-obra. No fundo, o nosso parque produtivo não tem sido capaz de inovar. Ele não inova, não porque seja incompetente, e sim porque a política econômica é maligna. De uma certa maneira, vivemos o reflexo das décadas de penúria por conta de uma política econômica absolutamente irresponsável.

IHU On-Line - Com o declínio do emprego industrial, atualmente, muitos jovens estão desempregados, migrando para o exterior em busca de novas alternativas de emprego. Com uma desindustrialização no país, qual será a perspectiva de trabalho para sociedade? É possível imaginar um futuro positivo?

José Eduardo Cassiolato - De fato, o País tem poucas perspectivas de emprego mais qualificado. O desemprego aumentou bastante, e muitas pessoas saem do País em busca de empregos e melhor remuneração, desde o engenheiro de *software*, formado aqui, até o trabalhador braçal, que vai para os Estados Unidos atuar num trabalho ruim, mas melhor remunerado. Enquanto continuarmos com esse padrão de política econômica maligno, não haverá muito futuro. Precisamos reverter isso com políticas mais ativas e conseguir voltar a trilhar caminhos de crescimento e dar importância à produção nacional, sem entrar nessa globalização “de peito aberto”, ou seja, sem abrir tudo para os chineses virem aqui e desestruturarem nossa produção como aconteceu no Sul, no Vale dos Sinos, com o setor calçadista. Ou mudamos a política, ou a perspectiva será muito ruim. Mas ainda há alguma luz no fim do túnel, com algumas coisas mais recentes, que, em princípio, apontam para uma reversão desse quadro. Quer dizer, o PAC é positivo, mas espero que saia do papel e se transforme em realidade para poder gerar emprego. Então é possível imaginar um futuro positivo. Existe uma estrutura complexa, com várias áreas de competitividade. Somos um dos poucos países que produz avião a jato. Também possuímos competitividade na agroindústria, com excelente desempenho exportador, mas o resto precisa sofrer uma alteração muito grande.

IHU On-Line - Alguns especialistas afirmam que para o Brasil voltar a ter um crescimento acelerado de sua economia será necessária uma reindustrialização. Isso é possível ou será possível nos próximos anos? Como seria essa reindustrialização? Quais seriam os benefícios para a economia brasileira caso haja uma reindustrialização?

José Eduardo Cassiolato - Entendo a reindustrialização como voltar a pensar a indústria produzindo dentro do país, o que seria uma atividade econômica importante.

Passamos este tempo todo achando que poderíamos só importar e deixamos a indústria se virar. Aumentaria a geração de emprego e de renda dentro do país. Há alguns casos em que isso aconteceu e melhorou. Durante o governo Fernando Henrique, a produção da indústria naval no Brasil foi totalmente desestruturada. Os estaleiros brasileiros praticamente foram desativados, e começamos a importar. Agora isso está sendo produzido aqui dentro, o que gerou mais de 10 mil empregos diretos e outros indiretos, só na atividade da indústria naval. Se voltar a atividade produtiva interna, haverá geração de empregos de qualidade e conseguiremos gerar renda, que é do que tanto precisamos para sair desse atoleiro.

IHU On-Line - Se a produção industrial continuar a cair, o País terá condições de crescer e alavancar a economia, atuando em outros setores, como o de serviços, por exemplo?

José Eduardo Cassiolato - O setor de serviços é muito importante. Dois terços dos empregos formais são da atividade de serviços. São muito importantes, especialmente os serviços voltados à produção, à consultoria, ao marketing, ao design e os serviços de maior valor agregado. Entretanto, a nossa sociedade não considera importantes outros serviços que não sejam os bens físicos, ou seja, não considera importante o setor de serviços. Se não nos preocuparmos com a produção manufatureira, industrial, só com serviços, não vamos conseguir muita coisa. Aliás, é o que temos tentado fazer nos últimos 15 anos: fazer crescer a indústria. Nós não vamos conseguir alavancar a economia só na base de serviços, e, eu adicionaria também, só na base de bens agrícolas.

IHU On-Line - O processo de desindustrialização pode ocorrer apenas em alguns estados, sem afetar o

restante das regiões? Se sim, os estados podem tomar iniciativas para não serem afetados?

José Eduardo Cassiolato - Eu seria um pouco mais radical. O processo de desindustrialização sempre ocorre em um determinado local. Num país complexo como o Brasil, quando existe uma desindustrialização de calçados na área de exportação feminina, ela acontecerá no Vale dos Sinos, e não nos calçados masculinos em Franca, por exemplo. As políticas estaduais são importantes para isso. Acho que é necessária uma combinação de medidas nacionais com medidas locais. Em alguns locais, isso já tem acontecido. No caso do setor calçadista, que depende muito de taxa de câmbio e de tarifa para impedir que os chineses invadam o mercado brasileiro, esse tipo de medida de política de mexer no câmbio é federal. Mas existe uma série de medidas que podem ser objeto de uma ação estadual. Medidas que estimulem, por exemplo, as indústrias calçadistas, ao invés de ficar sempre concentradas em estratégias de concorrer com os chineses no plano internacional, de vender calçado sem marca, sem design a US\$ 10 o par, pudessem inovar mais e investir em mais design, marcas e vender calçados com outro nicho de mercado, colocando o par a US\$ 50, US\$ 100. Assim, é possível gerar um produto de maior qualidade, que gera emprego melhor e que concorre num nível de mercado que não é aquele em que os chineses vão ser o nosso principal concorrente.

IHU On-Line - Qual é a importância do Brics para compreender questões importantes como inovação e inovatividade? Por que estudar essas economias?

José Eduardo Cassiolato - Nós queremos de fato compreender melhor como a questão da inovação está sendo tratada e introduzida nessas economias. Infelizmente, nós somos um pouco colonizados e ficamos tentando olhar apenas o que acontece nos Estados Unidos e na Europa, mas temos que olhar para aqueles países

que têm problemas idênticos aos nossos: problemas de emprego, de divisão de renda, de diversidade étnica, cultura, política. É bastante importante observar como eles estão se movendo do ponto de vista estratégico para internalizar a inovação. É essencial perceber por que os chineses estão sendo melhores do que nós em calçados. O espírito do projeto Brics é discutir se eles estão de fato sendo melhores do que nós. A escolha dos países é muito simples: são grandes países, todos eles de dimensão continental, com uma população enorme em desenvolvimento e que apresentam especificidades com relação à forma como se gera tecnologia e se introduz

tecnologia na estrutura produtiva, que são muito peculiares e são muito diferentes dos países mais avançados. Então a idéia é justamente compreender isto: por que o Brics? Porque todos esses países são grandes e têm problemas regionais monstruosos, com diferenças de captação de renda espacial enorme. Todos têm elites com alto poder aquisitivo e outras camadas mais pobres com quase nenhuma renda. Além disso, eles têm problemas semelhantes e estão precisando dar conta dessas transformações imensas, principalmente aquelas ligadas às introduções das tecnologias eletrônicas.

“O que está acontecendo na verdade é um processo de reestruturação da indústria”

ENTREVISTA COM DAVID KUPFER

Em entrevista à IHU On-Line, por telefone, o economista David Kupfer disse que a indústria brasileira está passando por um processo de reestruturação. Para ele, a “reestruturação tem muito mais efeitos intra-industriais do que inter-industriais”, o que ele explica como sendo uma mudança “dentro dos setores industriais do que entre os setores industriais”.

Kupfer salientou ainda que, mesmo distante, a desindustrialização é um cenário possível no Brasil, por isso, para ele, são necessárias uma mudança na política macroeconômica do País e uma reformulação na política industrial.

David Kupfer é mestre e doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do grupo de pesquisa em Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ). Kupfer também é coordenador do programa de pós-graduação do Instituto de Economia da UFRJ e autor de inúmeros artigos sobre inovação, competitividade e concorrência na indústria brasileira e co-autor do livro Made in Brazil (Rio de Janeiro: Campus, 1996), junto com dois pesquisadores do IE-UFRJ, João Carlos Ferraz e Lia Haguenaer.

IHU On-Line - No caso do Brasil, o senhor afirma que os sintomas apresentados, a rigor, não se encaixam na doença holandesa. Isso quer dizer que o País não está vivendo um processo de desindustrialização e sim uma reestruturação industrial?

David Kupfer - Penso que sim. É exatamente essa a idéia. A desindustrialização é um processo de desenvolvimento estrutural. Esse processo demanda tempo porque envolve uma operação importante no peso dos setores na composição da produção da indústria. O que está acontecendo na verdade é um processo de reestruturação da indústria. Essa reestruturação tem muito mais efeitos intra-industriais do que inter-industriais. As coisas estão mudando muito mais dentro dos setores industriais do que entre os setores industriais. Esse tipo de mudança se destaca em relação ao tamanho das empresas, porque as grandes e pequenas empresas estão crescendo de importância e as de médio porte estão perdendo importância na estrutura industrial brasileira.

IHU On-Line - Para melhorar a competitividade do Brasil e evitar mais crises com a desindustrialização, a política industrial deveria priorizar mais as áreas que atuam em tecnologia?

David Kupfer - A atual política fiscal brasileira dá uma grande prioridade para a dimensão tecnológica, o que é correto. A própria idéia de fazer uma política industrial e tecnológica, inclusive no nome, aponta numa direção correta de diretriz de política. Acho que a questão da tecnologia no Brasil está muito mais no nível das empresas do que da política, propriamente. As empresas ainda estão um pouco refratárias ou continuam refratárias ao esforço e pesquisa em desenvolvimento. Ainda não buscam a capacitação, não realizam gastos, investimentos na forma requerida e, evidentemente, a política tem que ter a capacidade de mobilizar as empresas nessa direção. Então eu não percebo um

alcançe na política industrial suficiente para criar essa mobilização. Mas, de fato, a questão tecnológica é decisiva porque precisamos que aquela parte da indústria brasileira que já tem um nível de competitividade em termos internacionais, aumente o modelo tecnológico de seus produtos para poder disputar de forma mais plena os mercados internacionais. Refiro-me aos nossos setores mais competitivos, em geral associados a insumos básicos, às commodities, que no entanto são muito especializadas e concentradas em produtos de baixo nível de elaboração industrial, como o caso da siderurgia, ou o caso da celulose, ou então da química. Então, essas empresas que já têm competitividade precisam de mais tecnologia para poder disputar novos segmentos de mercados, mais sofisticados. O restante da indústria, que é mais atrasado e menos competitivo, precisa de tecnologia para aumentar a velocidade no processo de modernização.

IHU On-Line - A política industrial do Brasil precisa ser reformulada? Por quê? Quais as principais mudanças necessárias?

David Kupfer - Eu acredito que a política industrial precisa ser reformulada. A diretriz ou as diretrizes da política industrial em vigor foram definidas tendo como horizonte uma realidade de indústria que já se modificou. Então, na verdade, a política foi desenhada ao longo de 2002 e 2003 e obviamente ela tinha como referência a situação da indústria no início ou no final da década passada, ou o início dessa década de 2000. E, nesse caso, é uma política industrial que trabalhava num quadro de vulnerabilidade externa, de saldo comercial não muito grande, e assim sucessivamente. Isso significa também uma política industrial pensada num quadro de taxa de câmbio bastante diferente do que existe hoje. O que aconteceu é que, por uma série de razões não totalmente conhecidas, a indústria brasileira teve uma resposta exportadora muito grande, produziu superávits

importantes. Vale lembrar que a taxa de juros alta também atrai capital. Então temos, ao contrário, um volume de capital muito alto entrando no País, uma tendência de câmbio valorizado persistente e, portanto, um quadro macroeconômico muito diferente. Ao mesmo tempo, temos uma situação diferente no mercado internacional, porque os preços das mercadorias se inverteram em relação aos que existiam no final da década de 1990. Assim, o quadro geral da indústria brasileira e mundial é bastante diferente ou mudou muito nesses anos atuais. Isso significa, na prática, que a política tinha um mérito muito grande na escolha de determinados setores prioritários que seriam setores de base tecnológica da indústria: os bens de capital, semicondutores, e assim sucessivamente.

Linha geral

Acredito que essa linha geral até pode ser preservada, porque de fato nós precisamos aumentar a densidade das relações entre setores no plano tecnológico e pensar as relações tecnológicas na indústria brasileira. Mas eu acredito que na nova situação a possibilidade de construção desses setores ficou diferente. Então eu imagino que a política deverá que ser reformulada para definir oportunidades não setoriais, mas conjuntos de produtos, segmentos de produtos, segmentos setoriais onde exista um espaço para o desenvolvimento da produção industrial no Brasil.

Ao mesmo tempo, penso que a dimensão horizontal da política tem que ser fortalecida de algum modo. A dimensão horizontal é uma parte grande da política industrial em vigor, que tenta apoiar o processo de modernização das empresas sucessivamente, mas não tem muita efetividade. Ela precisa ser mais efetiva, por exemplo, na questão do financiamento, na disponibilização de acesso ao crédito por parte das empresas de menor parte, no apoio à exportação por parte dessas empresas, e assim sucessivamente. Eu

diria, em termos bem sintéticos, que a dimensão horizontal da política precisa ser mais forte, mais pró-ativa e a dimensão vertical terá de ser reformulada para dar conta de linhas de produtos, conjuntos de produtos, segmentos setoriais, eventualmente envolvendo outros setores que não exclusivamente a indústria de bens e capital.

IHU On-Line - O senhor apresenta um estilo do processo industrial brasileiro, estruturado em três pilares, digamos assim, base, miolo e ponta. Em que consiste esse estilo? Que mudanças significativas esse estilo propõe?

David Kupfer - Na verdade, isso é uma estilização porque a indústria é necessariamente formada por uma variedade de atividades produtivas e essas atividades produtivas são muito diferentes entre si. É claro que a indústria teria que ser dividida em um amplo número de segmentos e a capacidade de sínteses se perde. Então é comum em análises em economia industrial o recurso à tipologia de estilização dessa natureza. Nesse caso específico, o que eu estou tentando evidenciar com essa idéia de que existe uma base, um topo e um miolo da indústria é fundamentalmente a dimensão tecnológica da indústria. Isso significa que nós temos no Brasil uma base de indústria bastante competitiva que, no entanto, precisa dar um salto, e esse salto precisa ser empresarial. Ele, inclusive, está acontecendo lentamente e envolve a internacionalização das empresas sucessivamente. Nós temos uma parte de cima da indústria que é o topo, mais sofisticado do ponto de vista da organização industrial, das tecnologias que utilizam, dos recursos que exigem, das instituições que demandam. Ela existe no Brasil, mas ela é a fração menor e demanda uma política tecnológica de fomento muito ativa, que tem a ver, portanto, com determinados horizontes dos instrumentos de política industrial que se pode manejar. Temos um miolo na indústria que é muito

importante, que no meu entendimento é o que dá a necessidade da indústria brasileira, que são as empresas médias e pequenas que fabricam insumos, componentes, os produtos de bens de consumo final tipo têxtil e calçadista. Esse “miolão” na indústria, que compreende a maior parte das empresas e do emprego, precisa modernizar-se porque está ficando novamente muito defasado e apresenta problemas estruturais muito importantes, nos quais, por exemplo, impera a informalidade, e as questões tributárias são destrutivas, porque vão dificultando exatamente a formação dessas cadeias produtivas, e assim sucessivamente. Então, a idéia dessa estilização é verificar precisamos muito de duas políticas industriais diferentes. Precisamos ter uma política que consiga sintonia fina para levar às empresas do miolo o apoio ao processo de modernização, e às empresas da base da ponta o salto tecnológico que elas necessitam dar.

***IHU On-Line* - O senhor disse que todos os países do mundo praticam políticas industriais e são bem-sucedidos, mesmo sem condições ideais. Esse é o caso do Brasil?**

David Kupfer - Não, não é o caso do Brasil. A idéia é que todos os países do mundo praticam políticas industriais e alguns são bem sucedidos. No caso brasileiro, não se pode dizer que temos uma política industrial bem sucedida. Mas entendo também que estamos numa fase muito inicial da política industrial. Perdemos muito tempo desmontando as instituições da política industrial anterior e discutindo se a política industrial era necessária, não era necessária, se existia ou não existia. Isso, digamos, comandou a política industrial no Brasil nos últimos 15 anos. A política industrial é muito nascente para produzir efeitos. O que eu acho importante é que perseveremos, mesmo que a política industrial já tenha que ser reformulada em grande ou pequena intensidade. De todo jeito,

precisamos continuar debatendo e buscando um desenho ideal de política industrial para colocar em prática essas linhas, porque a indústria vai responder. A indústria brasileira certamente tem capacidade de resposta a um conjunto adequado de políticas que tendem a dinamizá-la.

***IHU On-Line* - Uma política industrial emergencial é necessária para que não ocorra a desindustrialização? Qual seria a estratégia?**

David Kupfer - Eu creio que sim. Inclusive, ela já está começando a vir com essa proposta de ampliação de tarifas para têxtil e calçado. Esses setores certamente vão precisar passar para um novo processo de reestruturação e foi importante e correta a decisão de aumentar a dose de proteção. Eu entendo, no entanto, que essa proteção precisa ser temporária. A indústria necessita ter uma resposta num prazo definido. Não pode ser uma proteção para sempre, porque a idéia não é preservar a indústria simplesmente do mesmo jeito que se busca preservar determinados objetos da história ou da cultura. O País não morreu. A indústria precisa ser mantida sob pressão competitiva para que ela permaneça sempre aumentando a produtividade e melhorando a competitividade. Mas não se pode ir além da capacidade de resposta possível, e, portanto, nesse sentido, uma proteção temporária que permita a reestruturação da indústria é bem-vinda. Estava na hora mesmo. O que falamos sobre a política industrial emergencial não tem nada a ver com a política industrial de longo prazo, que tem uma estratégia, um foco. Isso tem a ver com a administração da situação competitiva de industriais que estão sobre acirrada concorrência internacional.

***IHU On-Line* - Se o Brasil ainda não vive uma forte crise de desindustrialização, estamos no caminho para que isso ocorra no futuro? Será possível controlá-la?**

David Kupfer - A desindustrialização é um cenário

possível no Brasil. Acredito que ela não aconteceu porque o tempo não é suficiente. O tempo em que a indústria está funcionando nesse quadro é pequeno, dois ou três anos, o que não é tempo suficiente para estabelecer uma desindustrialização. Mas isso poderá acontecer num quadro de continuidade. Daqui a alguns anos poderemos perceber que a desindustrialização estará estabelecida. Uma política industrial do tipo emergencial não vai conseguir evitar esse processo. Na verdade, ela vai adiá-lo, fazer isso ocorrer de maneira mais lenta. Precisamos de uma política industrial de longo prazo para impedir esse processo. É mais difícil reverter um quadro já estabelecido do que impedir que ele se estabeleça. Então, seria prudente e inteligente tentar impedir que a indústria recue a um nível tal que já não se tenha uma atividade industrial significativa no País. Do ponto de vista da elaboração da política econômica, é importante que a política levasse em conta as possíveis mudanças estruturais e as transições estruturais que estão abertas nesse momento, sendo que a trajetória de desindustrialização é uma dessas possibilidades. Precisamos mudar também a política macroeconômica, com uma redução mais rápida da taxa de juros, deixar a economia ser mais irrigada com recursos para que os investimentos aumentem, a fim de que o consumo possa crescer mesmo que isso provoque um risco de inflação. No entanto, é preciso equacionar isso e permitir que a indústria se dinamize para ela poder apresentar uma resposta que, de fato, tenha implicações a longo prazo. Alguns analistas até questionam a necessidade da indústria. Eu não vejo um país no estágio em que está o Brasil, poder largar mão da indústria. A indústria já não é mais uma grande geradora de emprego, mas ao mesmo tempo ela é uma grande geradora de demanda de serviços. A indústria gera

demanda para serviços de qualidade e, portanto, sem uma indústria forte não será possível criar um setor de serviços fortes no Brasil.

***IHU On-Line* - A indústria brasileira ainda tem chances de competir no mercado internacional?**

David Kupfer - Eu tenho certeza disso, mas voltando, por exemplo, àquela estilização, a nossa indústria na base tem uma inserção internacional muito boa e garantida, porque ela depende de recursos naturais, e o Brasil tem uma plantação excelente de recursos naturais. O que precisamos é aumentar o preço médio do produto exportado e suprir melhor o mercado interno com os insumos básicos de maior poder tecnológico. Então, é um processo incremental, o que poderá ser realizado. Nós temos um topo de indústria que não é muito diversificado, mas fruto de um grande esforço de constituição da indústria do Brasil. Afinal, temos uma indústria de máquinas com *experts*, particularmente na mecânica. Temos um miolo da indústria que é bastante diversificado. Produzimos muito e há uma indústria bastante integrada. É esse miolo que está em questão. O que poderá acontecer de muito ruim, nesse cenário de desindustrialização, chegará exatamente no miolo da indústria. Essas atividades é que estão fundamentalmente desafiadas e são elas que têm um ponto de partida excelente porque existe um conjunto de empresas bem montadas e competitivas. Então eu acredito que a indústria continua mantendo as condições de sobrevivência e de resposta, de uma resposta positiva, de expansão. Mas é preciso melhorar o ambiente de negócio da indústria brasileira. Isso vai demandar de uma política econômica, que inclua a macroeconomia e a política industrial para que esse tecido industrial possa evoluir.

“Estamos passando por uma desindustrialização relativa”

ENTREVISTA COM MARCIO POCHMANN

O Brasil, de acordo com o economista Marcio Pochmann, está perdendo espaço para as nações que vêm crescendo rapidamente. Isso ocorre, segundo ele, porque o País não completou o ciclo da industrialização. “O Brasil regride ao invés de enriquecer suas cadeias produtivas”, enfatiza o economista, ao dizer que a indústria tem preferido exportar matéria prima ao invés de produtos com maior valor agregado. Pochmann, doutor em Economia, é professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT. Publicou os livros Políticas do trabalho e de garantia de renda - O capitalismo em mudança (São Paulo: Editora São Paulo); E-trabalho (São Paulo: Publisher Brasil, 2002); Desenvolvimento, trabalho e solidariedade (São Paulo: Cortez, 2002).

Dele a IHU On-Line publicou várias entrevistas: na 98ª edição, de 26 de abril de 2004, intitulada A crise da sociedade do trabalho; na 138ª edição, de 25 de abril de 2005, intitulada Reforma sindical e trabalhista em debate; na 177ª edição, de 24 de abril de 2006, intitulada Trabalho. As mudanças depois de 120 anos do 1º de maio; e, em 23 de abril de 2007, a entrevista O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho, além do artigo na 134ª edição, de 28 de março de 2004.

A entrevista que segue foi concedida com exclusividade à IHU On-Line, por telefone, na última semana:

IHU On-Line - O senhor disse que estamos saindo da era industrial. Isso quer dizer que o País está se reestruturando industrialmente? Se sim, como está sendo esse processo?

Marcio Pochmann - Do ponto de vista dos modelos de produção que organizam os sistemas econômicos, nós temos esse reconhecimento acerca das transformações de uma economia capitalista que, anteriormente, tinha uma forte base agrária. Essa economia tem três características básicas: em primeiro lugar, uma moeda de curso internacional; em segundo, uma forte base militar ou armada; em terceiro, uma capacidade de produção e difusão tecnológica. Essas três características

demarcam a situação de país de capitalismo central. Nós tivemos, basicamente, até o início do século XIX, uma forte ênfase econômica situada nas atividades agropecuárias. Com a industrialização, nós passamos a ter o protagonismo da dinâmica capitalista centrado na manufatura. Podemos reconhecer que, a partir da segunda metade do século XX, a indústria começou a perder importância relativa na geração do valor, da renda, influenciada, cada vez mais, pelo setor terciário, que envolve um complexo de atividades muito heterogêneas, variando desde os chamados serviços, passando pelo comércio até o próprio setor público.

Então, a interpretação que se tem é de que as chamadas sociedades pós-industriais são sociedades cujo principal setor dinâmico passa a ser o setor terciário, que também responde por maior participação na ocupação. Podemos tomar como referência uma economia como a do Estados Unidos, onde temos praticamente 85% das ocupações concentradas no setor terciário, enquanto que a indústria responde por 12% da ocupação e o setor agrícola, apenas com 3%. Essa é a característica que está chamando a atenção para a evolução, ao longo do tempo, dos padrões de produção em que se organizam os sistemas econômicos. No caso da economia brasileira, nós temos uma situação diversa, porque, em primeiro lugar, nós não completamos plenamente a industrialização. Na verdade, o Brasil é um país de industrialização tardia.

Os padrões de industrialização

Se observarmos os padrões de industrialização, nós temos um primeiro padrão de industrialização, que se inicia na Inglaterra, no século XVIII. Nós temos, no século XIX, o padrão de industrialização retardatário que diz respeito a um conjunto de países que se industrializam em conjunto, de forma simultânea à segunda revolução industrial e tecnológica, quando acontece o aparecimento da eletricidade, do petróleo, do motor à combustão. Temos, a partir do século XX, o terceiro padrão de industrialização, que é o de industrialização tardia, que envolve alguns países latino-americanos, poucos países africanos e, mais recentemente, os países asiáticos. Nesse sentido, é importante chamar a atenção que esse padrão de industrialização diz respeito à internalização de produtos industriais que foram forjados no final do século XIX, com a segunda revolução industrial e tecnológica. O Brasil, entre 1930 e 1980, percorreu o chamado ciclo da industrialização e urbanização. O País, que era uma grande fazenda produtora de café até o início da década de 1930 do século passado, transformou-se, de uma forma muito

rápida, em menos de cinco décadas, no oitavo produtor industrial do mundo. Esse avanço industrial até o momento não se completou plenamente, uma vez que produtos de base industrial, tecnologicamente mais avançados, e, sobretudo, os chamados setores de bens, de capital, que desenvolvem tecnologia e que são os segmentos mais dinâmicos da atividade industrial, não foram plenamente internalizados no País. Então, nós ainda temos uma tarefa pela frente em termos de completar a industrialização, para podermos nos colocar no mesmo paradigma de países com a industrialização madura, em uma espécie de fase pós-industrial.

Um ciclo de financeirização da riqueza

Ocorre que o Brasil, de certa forma, a partir dos anos 1980, abandonou o seu projeto de industrialização. Nós não estamos mais vivendo, nas duas últimas décadas, um ciclo de industrialização. O Brasil vive, no fundo, um ciclo de financeirização da riqueza, que vem asfixiando o desenvolvimento das forças produtivas. Basicamente, isso vem conduzindo o País a uma inserção na economia mundial de forma cada vez mais subordinada e passiva na especialização de produtos de exportação com baixo valor agregado, reduzindo o conteúdo tecnológico. Nesse sentido, nós temos uma regressão do ponto de vista do que representou o ciclo da industrialização nacional. Nós temos tido, por exemplo, estados, como na região Sudeste, que protagonizaram e constituíram a locomotiva do ciclo da industrialização. Hoje são estados que apresentam o pior desempenho econômico do País entre 1990 e 2005, por exemplo. Enquanto isso, a economia nacional cresceu com média anual de 2,7% ao ano, o que indica um ritmo de expansão próximo de uma economia como a do Haiti. Há realidades muito distintas do ponto de vista das regiões geográficas. Nós temos, por exemplo, estados como Amazonas e Mato Grosso, que vêm crescendo anualmente a um ritmo de 7% ou 8%, portanto próximo da expansão econômica chinesa, mas

com uma atividade econômica vinculada à produção e à exportação de bens de baixo valor agregado. São produtos vinculados ao extrativismo mineral e vegetal e a produtos agropecuários, ou seja, são economias regionais reflexas de uma situação internacional. O que faz essas regiões serem mais dinâmicas não é a produção para o mercado interno e sim para mercado externo. Então, são situações de maior dependência do mercado externo, especialmente dessas *commodities*.

A ênfase na indústria

Por outro lado, nós temos as regiões com maior ênfase na indústria, como a região Sudeste, por exemplo, que registram um crescimento pífio. Os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro tiveram um crescimento econômico médio anual entre 1992 e 2005 abaixo de 1,8% ao ano, ou seja, um ritmo de expansão inferior ao do Haiti. Portanto, essa situação de enorme heterogeneidade das regiões geográficas brasileiras aponta muito mais para um quadro de fragmentação da nação, já que durante o ciclo da industrialização, quando as economias paulista, carioca e mineira cresciam e protagonizavam a expansão da economia industrial, nós tínhamos, simultaneamente, a expansão do conjunto das demais economias regionais. Quando o Brasil ia bem, a economia paulista ia melhor. Atualmente, o que nós temos, é a baixa capacidade daquelas regiões e estados que mais crescem contaminar o restante do País. É uma espécie de equação de soma zero. Um estado cresce enquanto outro regride. Nesse sentido, portanto, o quadro que se apresenta para o Brasil não é a constituição de uma economia pós-industrial. No meu entendimento, há uma regressão do ponto de vista econômico, já que o Brasil ampara basicamente a força da sua atividade econômica na própria financeirização da riqueza.

IHU On-Line - Essa regressão industrial a que o senhor se refere pode ser considerada como um novo

processo na indústria brasileira, levando à reestruturação ou acentuando ainda mais a crise industrial?

Marcio Pochmann - Nós estamos passando por uma mudança significativa no setor industrial. A indústria que conseguiu sobreviver nesse contexto tão desfavorável é uma indústria com menor capacidade de difusão tecnológica, que se assenta na maior intensificação de baixo custo da mão de obra. É essa competitividade que está sendo forjada num contexto tão desfavorável. A indústria de manufatura mais dependente da tecnologia, geradora de maior valor agregado, é que está sendo mais comprometida, o que nos permite dizer que temos uma desindustrialização em termos relativos. É claro que, do ponto de vista da composição do PIB, há uma perda de participação da indústria no total do valor adicionado no País. Então, a indústria vem perdendo participação relativa no total da produção do País. Ela perde participação em termos de ocupação e os segmentos da indústria que mais crescem são aqueles vinculados a bens de produção de consumo não durável, especialmente porque o setor de bens de capital e de consumo durável, que dependem da tecnologia, são segmentos cada vez mais dependentes da importação.

Nós temos várias situações. A reestruturação significa a reconfiguração da base produtiva de manufaturas numa nova perspectiva. Isso significaria o que se observa em vários países de indústria madura: um revigoramento daquelas plantas mais associadas à expansão e à difusão tecnológica. No entanto, países de base industrial fortalecem, por outro lado, aqueles setores industriais estratégicos. Vejamos o exemplo dos Estados Unidos, que tem fortalecido a indústria de ênfase militar e a vinculado ao avanço tecnológico.

IHU On-Line - Como acontecerá esse processo da reestruturação na indústria brasileira? Essa nova fase já está acontecendo? Será positiva e duradoura?

Marcio Pochmann - Eu não identifico como sendo, de modo geral, como algo positivo para o País, porque o Brasil, sem ter completado o ciclo pleno da industrialização, já vive um processo de esclerose do seu setor industrial. Este se concentra em segmentos onde os investimentos não são decisivos e associados basicamente ao uso de técnicas predatórias ambientais e dependentes também do emprego de mão-de-obra, cujo padrão, cada vez mais asiático, é centrado em remunerações muito baixas, com forte rotatividade no emprego, ainda associado à longa jornada de trabalho. Se será duradouro, é difícil afirmar, embora já estejamos mais de duas décadas inseridos nesse contexto. Agora, essa situação pode ser revogada. Isso significaria a constituição de políticas industriais e regionais que o Brasil, ao longo tempo, deixou de seguir. O próprio Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) recupera a temática do desenvolvimento regional, na medida em que apresenta uma distribuição de investimento em estruturas no território nacional. Mas, como o próprio nome diz, ele é um plano de aceleração do crescimento e não um plano de desenvolvimento. Não estão colocadas questões importantíssimas, inclusive do ponto de vista da coordenação e gestão de um programa com essa magnitude. O governo se mostra com dificuldades de coordenar um programa dessa natureza, quando nós observamos, por exemplo, decisões diametralmente opostas adotadas pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central. Este, atualmente, não é coordenado na perspectiva de levar avante o próprio PAC, à medida que pratica taxas de juros extremamente elevadas. Há uma redução de taxas de juros nominais e não reais, no momento em que o Brasil prossegue com uma política cambial extremamente desfavorável para o País, dificulta as exportações e amplia justamente a importação de produtos.

IHU On-Line - A reestruturação na indústria brasileira seria positiva para empresas e funcionários? Quais as vantagens para ambos?

Marcio Pochmann - Nós tivemos, do ponto de vista da gestão do trabalho do setor industrial, mudanças significativas. O setor industrial inovou, especialmente no que diz respeito à gestão da força de trabalho. Embora os avanços em termos de difusão tecnológica não tenham sido significativos para o conjunto do setor industrial, os avanços tecnológicos têm se concentrado muito mais nas grandes empresas, especialmente nas empresas transnacionalizadas. Mas é importante lembrar que o “grosso” do setor industrial é constituído de pequenas e médias empresas. Mas, de toda forma, houve uma alteração significativa na gestão da mão-de-obra. Em primeiro lugar, pela introdução dos programas de gestão participativa, pela reengenharia, pela própria terceirização, que avançou significativamente no setor industrial, permitindo que a empresa se modernizasse sob esse ponto de vista, sem que isso significasse necessariamente melhores condições de trabalho. A indústria era o setor da atividade econômica com maior presença de trabalho com carteira assinada. O que se percebeu basicamente, a partir da década de 1990, foi o crescimento de trabalhos terceirizados, autônomos, por conta própria, cooperativados e, recentemente, os chamados PJ (pessoa jurídica)²⁵, empregos contratados por empresas de uma só pessoa. De certa maneira, tornou mais desigual a contratação dos trabalhadores e,

²⁵ Refere-se à Emenda 3, vetada pelo presidente Lula, a qual proibia os auditores fiscais da Receita Federal de autuar ou fechar as empresas prestadoras de serviço constituídas por uma única pessoa, quando entendessem que a relação de prestação de serviços com uma outra empresa era, na verdade, uma relação trabalhista. A emenda transferia para o Poder Judiciário a definição de vínculo empregatício, beneficiando profissionais liberais que atuam como pessoas jurídicas e as empresas que utilizam seus serviços, em substituição ao contrato de trabalho pela CLT. (Nota da *IHU On-Line*)

na maior parte das vezes, isso significou precarização com menor remuneração.

IHU On-Line - Com a reestruturação da indústria, muda também a forma das empresas exercerem suas atividades? Quais as principais mudanças?

Marcio Pochmann - Nós tivemos também uma profunda intensificação do exercício do trabalho. Várias ocupações desapareceram do setor industrial, outras foram recompostas. Por exemplo, nós não temos mais a figura, na indústria metalúrgica, do torneiro mecânico. Mas a função, em si, não desapareceu. Anteriormente, o torneiro mecânico era responsável pela parte de tornos, em que ele era acompanhado de outras ocupações, por exemplo, as de limpeza do ambiente, do controle de qualidade, da manutenção e da própria assistência técnica. Hoje, nós temos alguém que está envolvido com essa função e termina realizando atividades que anteriormente eram desenvolvidas por outros trabalhadores. Hoje, alguém que lida com essa atividade não apenas é responsável pela produção, mas também pela manutenção, pelo equipamento, pela limpeza do ambiente, pelo controle da qualidade do produto. Então, há uma intensificação mais ampla da sua ocupação e isso, de certa forma, representou maior produtividade sem haver distribuição dessa produtividade, seja no que diz respeito à redução do tempo de trabalho, seja no que diz respeito à elevação da remuneração.

IHU On-Line - A terceirização tem contribuído para a reestruturação industrial ou foi a reestruturação industrial que contribuiu para a terceirização?

Marcio Pochmann - Eu acredito que tenha sido justamente o segundo movimento. A reestruturação do sistema de produção levou à terceirização, embora o tipo de terceirização que nós temos não é o mesmo que se verifica em outros países. Em primeiro lugar, a terceirização ganhou importância, por exemplo, quando

se comparou o padrão fordista²⁶ de produção industrial em relação ao chamado padrão toyotista²⁷ de produção industrial. Em 1980, por exemplo, a General Motors, a maior empresa de produção de automóveis do mundo, produziu 8 milhões de unidades de automóveis no ano, utilizando 750 mil empregados, certamente contratados. Isso representou nove carros produzidos por trabalhador, enquanto que a Toyota, no mesmo ano, foi responsável pela produção de 4 milhões e 500 mil automóveis, utilizando 65 mil empregados, diretamente contratados, ou seja, a produtividade daquele ano, na Toyota, foi de 69 automóveis por trabalhador. Nos anos 1980, o sistema de produção de manufaturas japonesas se mostrava muito mais produtivo e parte importante dessa produtividade devia-se justamente ao sistema de terceirização que permitia uma rede de empresas acompanhar, do ponto de vista do fornecimento e da mão-de-obra, a composição do automóvel. É aí que o sistema toyotista passa a ganhar importância, na medida em que nós vamos ter um processo de desverticalização da produção.

A desverticalização da produção

²⁶ **Padrão fordista:** foi um sistema de produção revolucionário para a sua época que tornou possível a produção de produtos complexos como automóveis em grande escala, tornando-os acessíveis aos próprios operários. O método de produção fordista permitiu que Ford produzisse mais de 2 milhões de carros por ano, durante a década de 1920. O veículo pioneiro de Ford no processo de produção fordista foi o mítico Ford Modelo T, mais conhecido no Brasil como "Ford Bigode". (Nota da *IHU On-Line*)

²⁷ **Padrão toyotista:** no padrão toyotista de produção, ao invés do trabalhador participar unicamente com sua força de trabalho sempre repetitiva, ele passou a inovar dentro do processo de produção. Esse padrão caracterizou-se por mudanças na forma de trabalho dos operários, que passaram a operar, em média, cinco máquinas cada um, desempenhando as tarefas anteriormente atribuídas aos supervisores, engenheiros e especialistas. As linhas de montagem foram substituídas pela produção em equipes. Foram introduzidas políticas de incentivo à produtividade, emprego vitalício, participação nos lucros e outros. (Nota da *IHU On-Line*)

Basicamente, as empresas se especializam naquelas atividades que representam a sua finalidade. Então, a empresa de automóvel vai virar, de fato, uma montadora, e os componentes do automóvel vão ser de responsabilidade dos fornecedores que operam no chamado sistema *just in time*. Então, essa desverticalização da produção vai permitir ganhos de produtividade significativos e parte importante desse novo sistema de produção está associada à terceirização que representa, portanto, o imperativo econômico, diferentemente do chamado fordismo, que significa produção integrada, verticalizada, de todos os componentes do processo produtivo. No caso brasileiro, a terceirização não está sendo associada a essa modernização, que pressupõe investimentos e compartilhamentos de parte do processo produtivo no regime cooperado. O que nós estamos observando, na maior parte das vezes, é a utilização da terceirização, especialmente da mão-de-obra, como um mecanismo de forte redução do custo de contratação, porque o Brasil tem apresentado, dos anos 1980 para cá, taxas de investimentos muito baixas. Há uma queda nos investimentos e as empresas operam de forma muito mais defensiva, ao invés de mostrar uma postura de maior competição, sustentada em investimentos. Então, aqui no Brasil, a terceirização tem sido utilizada como mecanismo de redução do custo de trabalho. Desse modo, na maior parte das vezes, a terceirização no Brasil significa precarização. Enquanto isso, em outros países, ela representa uma nova etapa na forma de organizar a produção, utilizando os trabalhadores com outras modalidades de contrato, mas que não representam o rebaixamento das condições de trabalho.

***IHU On-Line* - Em que medida a terceirização de serviços é positiva na reestruturação da indústria?**

Marcio Pochmann - Toda a terceirização que é feita com o objetivo de modernizar, elevar a produtividade e permitir uma distribuição adequada da produtividade não é necessariamente um mal. É possível que ela se consagre

como uma possibilidade de maior geração de emprego, num quadro em que a indústria perde participação relativa no total da produção. Agora, o que está em jogo é justamente um modelo de regulação da terceirização. No caso brasileiro, prevalece uma desregulamentação, uma terceirização em base selvagem, enquanto que no mundo civilizado nós temos regulação, que controla o uso da terceirização, justamente com o objetivo de garantir condições isonômicas de competição entre as empresas.

***IHU On-Line* - Nessa nova fase de reestruturação, o Brasil poderá perder lugar no mercado internacional, já que estará produzindo produtos de menor valor agregado?**

Marcio Pochmann - O Brasil, em termos relativos, perde posição, porque outras nações vêm crescendo rapidamente e ocupando o espaço que ele potencialmente poderia ocupar. Nos dias atuais, quando percebemos a valorização da nossa moeda, uma política cambial extremamente desfavorável como temos hoje, o Brasil regride, ao invés de enriquecer suas cadeias produtivas. O País exportava cerâmica e agora está concretizando contratos com exportação de barros, justamente porque o preço da cerâmica, que tem maior valor agregado, não tem competição externa frente à taxa de câmbio que temos hoje. A mesma coisa acontece em relação à produção da indústria moveleira. O Brasil produzia e exportava móveis em uma realidade onde a taxa de câmbio era favorável. Agora, o País está aumentando a exportação de madeira *in natura*. A mesma coisa ocorre em relação aos calçados, que hoje vem ganhando mais importância a exportação de couro. Então, é profundamente lamentável que o governo não tenha capacidade de constituir uma coordenação em torno do desenvolvimento, influenciando o investimento nos setores estratégicos do ponto de vista da competição e da inserção do Brasil em bases diferentes.

“Não se deve priorizar este ou aquele setor, mas pensar políticas que afetem potencialmente todos os setores igualmente”

ENTREVISTA COM PEDRO CAVALCANTE

Em entrevista por e-mail, à IHU On-Line, o economista Pedro Cavalcante, afirmou que não acredita que a indústria brasileira esteja passando por uma crise. Ele reconhece o baixo crescimento do País nos últimos anos, mas atribui esse cenário ao nível e qualidade educacional, os quais ele classifica como “catastróficos, porque não se investe em infra-estrutura, devido à alta informalidade”. Pedro Cavalcante afirma que o Brasil não está vivenciando uma crise industrial. Cavalcante é graduado e mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutor pela University of Pennsylvania. Atualmente, é professor da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

IHU On-Line - Como podemos relacionar a “crise” industrial com o baixo crescimento da economia brasileira?

Pedro Cavalcante - Não há relação forte entre os dois fenômenos, nem acho que haja crise na indústria (que nos últimos meses, por exemplo, cresceu a um bom ritmo). O Brasil não vem crescendo, entre outras razões, porque a base tributária vem crescendo a um ritmo muito forte nos últimos 15 anos (e se acelerando nos últimos oito), porque nosso nível e qualidade educacional são catastróficos, porque não se investe em infra-estrutura, devido à alta informalidade etc. Alguns setores da indústria vão mal, mas isto não é geral. A taxa de juros ainda está alta, mas não vejo isto como a raiz de nosso atraso, é um fenômeno recente.

IHU On-Line - Quais as principais idéias apontadas no estudo da FGV “Por que o Brasil não precisa de Política Industrial”? Quais as principais conclusões a que se chegou com a pesquisa e quais as conseqüências delas para a economia e a sociedade brasileira?

Pedro Cavalcante - 1) O sucesso dos países do Leste Asiático, muitas vezes atribuído ao uso de política industrial (PI), é resultado principalmente de políticas horizontais (educação, infra-estrutura, políticas fiscais e monetárias sólidas etc.); 2) A maioria dos argumentos utilizados para justificar a adoção de política industrial no Brasil carece de fundamentação teórica e empírica, afirmando-se que ela deve ser motivada por algum tipo de falha de mercado, o que não se aplica em grande medida ao caso brasileiro; 3) Avalia-se a atual política industrial brasileira, e mostra-se que ela não identifica falhas de mercado que justificaria intervenção e ainda peca por escolher setores “vencedores.” Como ponto positivo, temos a existência de metas de desempenho; 4) Por fim, conclui-se que políticas horizontais, além de estarem menos sujeitas à pressão de grupos organizados, possuem maior potencial para impulsionar o crescimento econômico brasileiro.

IHU On-Line - O estudo “Por que o Brasil não precisa

de Política Industrial”? diz que os setores de software e semicondutores não deveriam ter sido priorizados. Essa priorização foi responsável por uma desindustrialização no País?

Pedro Cavalcante - Nosso argumento é mais geral: não se deve priorizar este ou aquele setor, mas pensar políticas que afetem potencialmente todos os setores. Como a política industrial de hoje foi pouco efetiva, para o bem ou para o mal, não teve impacto significativo sobre a indústria. A redução do tamanho relativo da indústria é um fenômeno antigo - mais de vinte anos, pelo menos - e aconteceu em todos os países desenvolvidos, o que continuará acontecendo no Brasil.

Economias avançadas hoje são economias muito mais dependente de serviços.

IHU On-Line - Considerando um “abandono” da política industrial no Brasil, que alternativas podemos vislumbrar para o País? Onde poderíamos apostar? Que iniciativas são recomendadas?

Pedro Cavalcante - Educação, Educação e Educação. Depois pensaríamos nas outras políticas: infra-estrutura (que exigirá uma regulação mais adequada que a atual); medidas de expansão do crédito; maior abertura e incentivo ao comércio internacional; reforma e redução da carga tributária, mesma que lentamente etc.

“Ainda estamos passando por profundas mudanças estruturais”

ENTREVISTA COM OCTAVIO CONCEIÇÃO

Para o economista Octávio Conceição o Brasil está vivendo, desde os anos 1990, uma reestruturação industrial. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, Conceição disse que a crise da indústria gaúcha não é a causadora da crise estrutural da economia do estado, a qual é “fruto da falência das finanças públicas estaduais, e não da estagnação da estrutura produtiva gaúcha”.

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Octavio Conceição também é mestre em Economia Rural e doutor em Economia pela mesma instituição, com a tese Abordagem Institucionalista: um estudo do papel das instituições no processo de mudança e crescimento econômico, 2000. Atualmente, Conceição é técnico da Fundação de Economia e Estatística (FEE), professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro de corpo editorial da Indicadores Econômicos FEE e Membro de corpo editorial da Revista de Economia Política. Em outras oportunidades, o economista já concedeu entrevistas à IHU On-Line. Na página eletrônica do IHU pode ser conferida a entrevista O RS atravessa uma das piores crises financeiras, publicada no dia 19-01-2007. O professor participou, ainda, da edição n.º 191, em agosto de 2006, com a entrevista intitulada Aglietta e a Escola de Regulação, discutindo a importância da Escola da Regulação, comentando a obra A violência da Moeda, de Michel Aglietta e André Orléan.

IHU On-Line - O Brasil vive hoje uma crise de desindustrialização? Como o senhor avalia a política econômica do País, atualmente?

Octávio Conceição - Eu não diria que o País vive uma crise de desindustrialização. Diria que ainda estamos passando por profundas mudanças estruturais, daí o termo “reestruturação”, que se iniciaram no início dos anos 1990, e que sucederam à profunda crise dos anos 1980. Essa crise sim foi bastante profunda e teve início no final dos anos 1970, quando se explicitou o esgotamento do famoso ciclo expansionista chamado de “milagre econômico” (1967-1973).

A impossibilidade lógica, teórica e histórica de reprimir experiências passadas - como a vivenciada no “padrão de desenvolvimento industrial”, caracterizado pela industrialização substitutiva de importações dos anos 1930 até seu esgotamento no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 - vem exigindo a montagem de um novo padrão, que, para funcionar, exige uma absoluta sintonia com os desafios do novo paradigma tecnológico em vigência, com um padrão de abertura externa mais amplo e consistente, com um ganho de produtividade do trabalho capaz de assegurar maior renda e qualificação ao trabalhador e uma ampliação do nível de renda doméstico. Tudo isso só será possível quando se ingressar em nova etapa de crescimento, designada

por muitos e sem muitos critérios teóricos, de “crescimento auto-sustentado”.

A questão da desindustrialização e sua possibilidade local se inserem dentro do padrão industrial que se originará a partir dessa nova etapa de crescimento, que está em construção. Como todo processo, acredito que alguns setores emergirão como dominantes e outros se inserirão com muitas dificuldades. A estratégia nacional de desenvolvimento econômico é que deverá arbitrar, através da denominada “política industrial”, quais serão os contemplados e quais serão os penalizados. Setores tradicionais, ancorados em padrões de competitividade típicos do modelo anterior (baixa inserção externa, tecnologia passiva, dependência de estímulos cambiais protecionistas) tenderão a perder espaço. E, a meu ver, a questão da desindustrialização está fortemente vinculada a essas características, embora a definição de quais setores serão os emergentes ainda não seja clara. A política econômica vigente no País tem sido cautelosa, no sentido de eleger a aceleração do crescimento econômico como meta fundamental na definição dos novos setores estratégicos.

IHU On-Line - Quais foram os erros cometidos pelos governos que levaram a bloquear ou estagnar a economia brasileira?

Octávio Conceição - O bloqueio ao crescimento econômico foi resultado menos da política econômica do que do esgotamento estrutural do respectivo modelo. A estagnação da economia desde os anos 1980 é decorrente da falência de uma estrutura produtiva que hoje está em processo de reestruturação. O que a política econômica atual não está fazendo, e deveria, é apostar mais firmemente em um novo desenho industrial, sem, entretanto, deixar de se preocupar, como vem fazendo, com a aceleração da inflação.

IHU On-Line - O senhor disse em entrevista à IHU On-Line, no ano passado, que o Rio Grande do Sul vem atravessando uma das piores crises financeiras de sua história. O senhor atribui essa fase negativa do estado à desindustrialização que vem ocorrendo no País?

Octávio Conceição - Não. A crise estrutural da economia gaúcha é fruto da falência das finanças públicas estaduais, e não da estagnação da estrutura produtiva gaúcha. Aliás, com exceção dos últimos três anos, quando ocorreram problemas de seca e frustrações sucessivas de safras, o desempenho regional supera, em termos produtivos, o desempenho nacional. A economia gaúcha, do ponto de vista produtivo, revela importância nacional, apesar das dificuldades enfrentadas em alguns setores, como o calçadista e o de máquinas e equipamentos agrícolas.

IHU On-Line - Existem outros motivos, além da alta taxa de juros e a valorização do câmbio, que contribuíram para que o Rio Grande do Sul vivenciasse uma crise continua no setor industrial? Quais políticas deveriam ser adotadas para que o estado superar essa crise, principalmente na região do Vale dos Sinos, que a cada ano demite mais funcionários e fecha mais empresas?

Octávio Conceição - A situação do Vale dos Sinos é preocupante e deriva da política cambial nacional. A reversão de tais dificuldades só se dará na medida em que se redinamize o mercado interno e se busquem novos padrões de competitividade internacional externas ao câmbio extremamente valorizado. Obviamente, isso não exclui efeitos compensatórios internos que evitem ou atenuem as dificuldades estruturais do setor.

IHU On-Line - O Brasil tem uma política industrial? Se sim, qual é e como funciona atualmente? E se não, qual seria o modelo ideal de política industrial para crescer a economia do País?

Octávio Conceição - A política industrial brasileira é tímida do ponto de vista produtivo e tecnológico. Está muito mais subordinada ao controle inflacionário do que ao estabelecimento de vínculos tecnológicos para a inovatividade. E seria esse último que criaria condições para o salto qualitativo em termos de crescimento econômico.

Teologia Pública

Jesus de Nazaré narrado por Bento XVI

ENTREVISTA COM ROSINO GIBELLINI

Rosino Gibellini, teólogo italiano, foi entrevistado por Giuseppe Menssi do jornal “La Voce del Popolo” de Brescia, sobre o livro, recém lançado Gesù di Nazaret de Joseph Ratzinger - Bento XVI.

Rosino Gibellini é autor de A teologia do século XX (Trad. João Peixoto Neto, São Paulo: Edições Loyola), publicado pela primeira vez em 1992 e traduzido em diversas línguas. Dele publicamos a entrevista “A fé cristã é um confiar-se a Deus que se revela no Cristo”, na edição 209 da IHU On-Line. Publicamos o artigo Jesus de Nazaré de Joseph Ratzinger - Bento XVI e o artigo O anti Código da Vinci de Bento XVI sobre a obra na edição 215 da IHU On-Line com o tema do relatório do IPCC, do dia 16 de abril de 2007. A revista está disponível para download no sítio da revista (www.unisinos.br/ihuonline).

Qual é sua impressão sobre o Jesus de Nazaré de Bento XVI?

O livro incentiva a leitura: bem documentado, mas igualmente escrito de forma simples e com grande vibração espiritual. Consegue transmitir o fascínio da figura e da mensagem de Jesus. Escreveu o mais importante jornal alemão, o *Frankfurter Allgemeine*: “O mais belo presente que o papa fez a si mesmo e aos seus leitores por ocasião de seu 80º aniversário”.

Surpreende que na edição italiana falte o subtítulo da edição original alemã, ou seja: *Do batismo no Jordão à transfiguração*. O livro percorre, portanto, a primeira parte da vida pública de *Jesus de Nazaré*, e espera ser completado por sua segunda parte, que reconstrua o caminho de Jesus até a última ceia, a morte e a ressurreição. Livro que se fez esperar, mas que, também faz esperar. Imagino que os dois volumes serão depois reunidos num só volume que justifique o título, solene na sua simplicidade, da edição italiana.

Qual poderá ser a reação do mundo acadêmico a esta obra?

Reações do mundo acadêmico certamente haverá. O próprio papa se expôs a elas, sublinhando as críticas e não empenhando o magistério da Igreja. Em geral serão respeitadas, como convém à Academia, mas é previsível que serão diferenciadas, enquanto num tema histórico e teológico tão amplo e tão central podem ser adotados diversos critérios historiográficos e diversas metodologias. Mas reconhecer-se-á que o estudo do papa tem uma linha historiográfica própria bem definida, baseada na melhor exegese católica, sobretudo de língua alemã. É interessante notar que boa parte das obras citadas, atentamente selecionadas, foram traduzidas em língua italiana pelas Editoras brescianas: Paidéia, Queriniana, Morcelliana. Também se pode prever que o livro incentivará uma retomada da questão cristológica.

O que poderá, ao invés, provocar no leitor comum, talvez não tão habituado a temas e reflexões deste gênero?

O leitor/leitora comum tem um belo livro para ler e muito para aprender; um livro que se pode ler também seguindo os argumentos, assinalados pelos títulos dos capítulos. Impelirá ao conhecimento da Bíblia e dos Evangelhos em particular. O livro exige também uma pregação mais bíblica e menos moralista. É também um livro edificante, no sentido forte da palavra: acompanha uma caminhada de fé.

A obra de Ratzinger poderá constituir uma virada na longa indagação conduzida sobre a figura e a história de Jesus de Nazaré?

A pesquisa sobre o Jesus histórico se divide em três etapas. Simplificando: na primeira (Bultmann²⁸) se promove a separação entre o Jesus da história e o Cristo da fé; na segunda (Käsemann²⁹) se reduz este empenho, recuperando a dimensão histórica do evento cristológico; a terceira (Meyer³⁰) nasce da multiplicidade das fontes à disposição e das novas metodologias, chegando a uma variedade de resultados. Ratzinger não se insere neste

²⁸ Rudolf Bultmann (1884-1976): teólogo alemão. Ocupou-se com muitos temas da teologia, filologia e arqueologia. Levantou questões importantes que dominaram a discussão teológica do século passado e são relevantes até hoje, como, por exemplo, o famoso problema da demitologização. Entre suas obras está *Jesus Cristo e Mitologia* (São Paulo: Editora. Novo Século, 2000). (Nota da IHU On-Line)

²⁹ Ernst Käsemann (1906-1998): Käsemann protestou contra o desprezo de Bultmann no que tange à base histórica da fé cristã, reexaminou a questão do mito e sofreu a influência da filosofia existencialista em alguns pontos do seu pensamento. É autor de *O Crucificado e a Sua Igreja* de Ernst Kasemann (Porto Editora, 2001). (Nota da IHU On-Line)

³⁰ John P. Meyer: foi professor de Novo Testamento na Catholic University of América, Washington e é atualmente professor de Novo Testamento na Notre Dame University, Indiana e diretor da revista *Catholic Biblical Quarterly*. Meyer é autor da obra, em três volumes *A Marginal Jew. Rethinking the Historical Jesus*. (Nota da IHU On-Line)

escaneamento, mas em coligação com outros exegetas, católicos e protestantes (Jeremias, Gnilka³¹, Berger³², Söding³³), valoriza ao máximo o testemunho histórico presente nos Evangelhos. O livro irá reforçar esta linha, aliás bem definida e constante na teologia moderna e contemporânea.

Nas estantes das livrarias e dos supermercados a gente encontrará nas próximas semanas um outro livro sobre Jesus de Nazaré. Perdoando a extravagância da minha pergunta, que comparação se pode fazer entre a obra de Ratzinger e a *Investigação de Augias*³⁴ e *Pesce*?

Há uma enorme diferença entre os dois textos: tanto de gênero literário como também de resultados. O livro de Ratzinger pertence ao gênero exegético-teológico; o livro de Augias-Pesce pertence ao gênero da entrevista jornalística, embora as respostas do biblista Pesce sejam filologicamente sopesadas. O problema é este: que relação existe entre o Jesus histórico, ou seja o Jesus da história, o Jesus autêntico, e o Cristo da fé, a saber, o Cristo que vem confessado pela fé? No livro de Augias-Pesce reemerge a primeira fase do debate, embora na modalidade pós-moderna, e se opta pela descontinuidade. O livro do papa conecta ao máximo, em

³¹ Joachim Gnilka: é professor de Exegese neo-testamentária e de Hermenêutica Bíblica da Universidade de Munique. É autor de *Jesus de Nazaré, Mensagem e História*, Petrópolis, Editora Vozes, 2000. (Nota da IHU On-Line)

³² Klaus Berger: teólogo alemão, professor de Teologia do Novo Testamento na Faculdade de Teologia Evangélica da Universidade de Heidelberg. É autor de *Hermenêutica do Novo Testamento*, Ed. Sinodal, São Leopoldo, 1999. (Nota da IHU On-Line)

³³ Thomas Söding: estudou teologia, germanística e história em Münster, Alemanha. Desde 1993 é professor de teologia católica e teologia bíblica na Universidade de Wuppertal. (Nota da IHU On-Line)

³⁴ Conrado Augias: escritor e jornalista italiano, juntamente com Mauro Pesce, professor na Universidade de Bolonha, biblista, é autor do livro, de amplo sucesso na Itália, *Inchiasta su Gesù. Chi era l'uomo che ha cambiato il mondo*. Milão: Mondadori, 2006. (Nota da IHU On-Line)

base documentária, o Cristo da fé ao Cristo da história. A resposta de Ratzinger se pode reproduzir assim: “O Cristo da fé é a melhor interpretação do Jesus da história”. E é bom repeti-lo na época da pós-modernidade, que é a época do pluralismo da conversação humana.

O papa deixou liberdade ao leitor para contradizê-lo. O senhor tem algum reparo crítico a fazer ao trabalho de Bento XVI?

É necessária uma leitura mais atenta e uma co-reflexão com outros teólogos, também em campo internacional e ecumênico. Limite-me a assinalar o juízo difuso sobre a teologia de Joseph Ratzinger em campo internacional. Ela é definida como teologia da identidade, preocupada em construir e defender a identidade cristã e católica, e menos interessada na correlação com as instâncias do presente, na dimensão social, no contexto e nos contextos, como, no entanto, o fazem outros teólogos e teólogas. É um modo de fazer teologia, e que, por conseguinte, deve situar-se num horizonte mais amplo e legítimo de catolicidade e ecumenicidade.

Com esta obra, Bento XVI continua uma práxis pastoral já inaugurada por João Paulo II, ou seja, a publicação de livros que, embora não sendo expressão oficial do Magistério, exprimem, no entanto, o pensamento do Papa. Qual é a sua opinião a este respeito: não existe o risco de confusão? Embora não se trate de um pronunciamento *ex cathedra*, o fiel não deve, talvez, ter a certeza de encontrar numa obra deste gênero a verdade de fé?

É um modo novo de comunicar na era da comunicação informática e digital. João Paulo II publicou livros de poesia, literatura e história, e aqui não houve dificuldades; mas, publicou também um livro-entrevista teológico, que suscitou críticas da parte budista. Bento XVI já experimentou reações fortemente negativas da parte islâmica à sua preleção acadêmica de Regensburg.

São riscos a correr, mas se intensifica a comunicação da mensagem.

Onde está o novo deste livro?

A novidade está na reconfirmação e no desenvolvimento de uma metodologia de exegese e de teologia que vincula a relação do dogma cristológico com a história, como aparece pela conclusão da obra: o dogma de Nicéia (325 d.C.), introduzindo no *Credo* a palavra *homooúsios* (da mesma substância), “não helenizou a fé, não a onerou com uma filosofia estranha, porém fixou precisamente o elemento incomparavelmente novo e diverso que aparecera no falar de Jesus com o Pai”.

Nas primeiras linhas de seu livro Bento XVI lamenta o fato de como a pesquisa histórico-crítica tenha, por fim, afastado Jesus do crente, deixando a impressão que do Mestre de Nazaré se possa dizer bem pouco de certo. Compartilha com esta análise?

É uma análise a compartilhar, em sua idéia geral. O *Prefácio* ao livro é interessante e importante para entender a metodologia seguida pelo Autor. O método histórico-crítico por si só não basta: ele mostra o formar-se do texto sacro, as suas estratificações e as suas redações, e, portanto, estuda a dimensão diacrônica do texto, mas não consegue colher a *coisa* da qual fala o texto, que é a realidade de Jesus na sua dimensão humana e divina. É uma instância a ser acolhida, para evitar os ceticismos de uma pesquisa histórica e de uma exegese reducionista. O livro, em nível acadêmico, contribuirá para repropor o problema de uma correta articulação entre exegese e teologia.

Como se situa esta obra no pontificado de Bento XVI? Que aspecto o tocou mais intensamente nestes primeiros dois anos de ministério petrino? Quais, ainda, os elementos de descontinuidade em relação a

João Paulo II?

O pontificado de Bento XVI move-se substancialmente na continuidade. A diferença está no estilo pastoral diferente. João Paulo II encontrava-se à vontade em falar ao mundo, mesmo aos distantes; Bento XVI gosta de dirigir-se à comunidade católica, à Igreja, para que seja o fermento na sociedade. O Evangelho que mais ama e cita é o Evangelho de João, que é focalizado na comunidade. Joseph Ratzinger é um discípulo ideal da “comunidade joanina”.

Bento XVI, na introdução, precisa que sua obra pretende ser a tentativa de apresentar o Jesus dos Evangelhos como o Jesus real, como o “Jesus histórico em sentido verdadeiro e próprio e que esta perspectiva resulte, no final, mais verdadeira e

compreensível no que se refere às reconstruções realizadas nos últimos decênios”. É este um retorno ao passado ou o início de um novo caminho de pesquisa?

Não creio que se possa falar de retorno ao passado, nem de um novo início. O teólogo Joseph Ratzinger continua desenvolvendo sua linha teológica, embora de modo inovador, junto com outros teólogos. É uma linha que utiliza o método histórico-crítico como instrumento auxiliar, para passar a uma exegese canônica, como é definida, que lê os textos particulares no quadro da totalidade da Bíblia, e que, portanto, prolonga a exegese em teologia, que se faz exegese teológica e, neste ponto do percurso, requer o passo da fé.

Análise de Conjuntura

A página do IHU - www.unisinos.br/ihu - publica diariamente, durante os sete dias da semana, as Notícias Diárias e a Entrevista do dia.

É um serviço disponibilizado para quem se interessa em acompanhar os principais fatos e acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e religiosos da contemporaneidade.

A partir desse serviço, o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, parceiro estratégico do IHU, elabora uma análise de conjuntura, em fina sintonia com a missão e as linhas estratégicas do IHU, elaborados no Gênese, Missão e Rotas, disponível na página do Instituto.

A última análise é do dia 03-05-2007 e pode ser acessada no endereço www.unisinos.br/ihu

A próxima análise estará disponível no final da tarde de terça-feira e será comunicada na newsletter enviada aos cadastrados na quarta-feira.

Destaques On-Line

DESTAQUES DAS NOTÍCIAS DIÁRIAS DO SÍTIO DO IHU

Essa editoria veicula notícias e entrevistas que foram destaques nas Notícias Diárias do sítio do IHU. Apresentamos um resumo dos destaques que podem ser conferidos, na íntegra, na data correspondente.

ENTREVISTAS ESPECIAIS FEITAS PELA IHU ON-LINE DISPONÍVEIS NAS NOTÍCIAS DIÁRIAS DO SÍTIO DO IHU (WWW.UNISINOS.BR/IHU)

Os cem dias do governo Yeda. Uma análise.

Maria Izabel Noll

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 30-04-2007

A cientista política Maria Izabel Noll analisa os 100 dias do governo de Yeda Crusius, governadora do Rio Grande do Sul. Ao comparar os governos de Yeda e Germano Rigotto, a cientista política diz que não vê perspectiva de transformações para o estado.

A trajetória de um típico militante operário.

Waldemar Rossi

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 01-05-2007

Militante operário desde os anos 1980, Waldemar Rossi conta suas experiências enquanto militante e afirma que é necessário que todos os trabalhadores lutem sem trégua contra o capital.

A luta dos povos indígenas continua.

Roberto Liebgott

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 02-05-2007

A luta dos povos indígenas e os problemas enfrentados por eles são discutidos por Liebgott.

'O que Morales está fazendo é o que muitos brasileiros gostariam que o Lula fizesse no Brasil'.

Antônio Thomaz Jr.

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 03-05-2007
Antônio Thomaz Jr. fala dos benefícios e malefícios que a produção de biocombustíveis pode trazer para a sociedade brasileira.

Motel. Espaço da aventura, do perigo, da individualidade.

Dinah Guimaraens.

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 04-05-2007

A arquiteta Dinah Guimaraens conversou com a *IHU On-Line* a respeito de suas obras *Arquitetura de motéis cariocas - espaço e organização social* (São Paulo, Paz e Terra, 1982) e *Arquitetura kitsch suburbana e real* (São Paulo, Paz e Terra, 1979), nas quais analisa dos símbolos evidenciados nas fachadas dos motéis cariocas.

Dengue no Rio Grande do Sul.

Milton Strieder

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 05-05-2007

Milton fala da situação da dengue do Estado, da preocupação que devemos ter com outro mosquito transmissor da dengue, além do *Aedes aegypti*, e das campanhas preventivas.

ENTREVISTAS E ARTIGOS QUE FORAM PUBLICADOS NAS NOTÍCIAS DIÁRIAS DO SÍTIO DO IHU (WWW.UNISINOS.BR/IHU)

A luz os deslumbra.

Rubens Ricupero

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 30-04-2007

Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 29-04-2007, o diretor da Faculdade de Economia da Faap, Rubens Ricupero, constata que o número de jovens desempregados dobrou de 1995 a 2005. E afirma que atualmente o País tem 3,5 milhões de jovens sem emprego, dos quais quatro milhões já migraram para o exterior.

Para que mais um Instituto Chico Mendes?

Marcos Sá Correa

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 30-04-2007

Marcos Sá Correa, em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 30-04-2007, fala sobre a atuação de Marina Silva, ministra do ambiente, no governo Lula.

'Tenho dúvidas sobre a divisão do Ibama'

Cláudio Langone

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 01-05-2007

Ex-secretário executivo da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, Cláudio Langone, em entrevista concedida

ao jornal *Zero Hora*, do dia 01-05-2007, diz ter dúvidas sobre a divisão do Ibama porque, segundo ele, o licenciamento ambiental está sendo muito exigido em razão das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento.

'Sou a parte mais fraca'

Irineu Schneider

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 02-05-2007

O presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), Irineu Schneider, 61 anos, deu sua versão para a crise na área ambiental em entrevista ao jornal *Zero Hora* do dia 02-05-2007.

O etanol e a morte por extenuação

Maria Inês Nassif

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 03-05-2007

A jornalista Maria Inês Nassif comenta o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sua cruzada para transformar o País no império do etanol em artigo publicado no jornal *Valor* do dia 03-05-2007.

Frases da Semana

Ambiente

“Vamos falar a verdade, falar de meio ambiente até pouco tempo era coisa de veado” - **Paulo Pereira da Silva**, deputado federal - PDT-SP e presidente nacional da Força Sindical - **G1**, 1-05-2007.

“De fato, nós, os veados, temos mais que consciência ecológica. Queremos um mundo plural com respeito a todas as diversidades” - **Beto de Jesus**, secretário para America Latina e Caribe da ILGA (International Lesbian and Gay Association) - **Folha de S. Paulo**, 2-05-2007.

“Assim como dizem que pênalti é coisa tão séria que deveria ser decidido pelo presidente do clube, uma licença ambiental também. É coisa séria e deveria ser decidida pelo presidente da República” - **Luiz Inácio Lula da Silva**, presidente da República - **G1**, 4-05-2007.

“Vocês, empresários, têm que brigar com o Ministério Público, o Ibama, até com o papa” - **Luiz Inácio Lula da Silva**, presidente da República, segundo o empresário José Roberto Ermírio de Moraes - **Folha de S. Paulo**, 5-05-2007.

“Ou seja, a culpa agora é nossa! Vai ter apagão. Pode escrever” - **José Roberto Ermírio de Moraes**, empresário - **Folha de S. Paulo**, 5-05-2007.

Estilo de vida

“O grande desafio na área dos biocombustíveis é mudar de rumo sem ameaçar nosso estilo de vida” - **George Bush**, ex-presidente dos EUA e pai do atual - **Folha de S. Paulo**, 2-05-2007.

Justiça

A Justiça não é uma coisa que interessa... é uma coisa, que a Justiça acaba sendo uma... uma coisa "pá" pobre, né? Porque rico resolve as coisas dele (...) de outra maneira. Então a Justiça foi uma coisa dada pros pobres, pra eles viver (*sic*) brincando aí” - um dos juízes investigados num dos grampos da **Operação Têmis**, sobre suposta venda de sentenças judiciais - **Folha de S. Paulo**, 30-04-2007.

“O nosso sistema foi feito pra não funcionar. É, foi feito pra não funcionar, se funcionar, tá errado” - um dos juízes investigados num dos grampos da **Operação Têmis**, sobre suposta venda de sentenças judiciais - **Folha de S. Paulo**, 30-04-2007.

Amarelou

“Está faltando avermelhar o 1º de maio. O 1º de maio está amarelando” - **Cristovam Buarque**, senador - PDT-DF

Bento XVI

“Ele não faz como os tradicionalistas, que transformam a vida em pedra, nem como os modernos, que a transformam em éter” - **Luiz Felipe Pondé**, professor do Departamento de Teologia da PUC-SP - **Folha de S. Paulo**, 6-05-2007.

“Esperava-se pelo recrudescimento do inverno, e temos recebido uma suave brisa de primavera” - **Fernando Altemeyer**, professor da PUC-SP sobre Bento XVI - **Folha de S. Paulo**, 6-05-2007.

Lucro

“Nada substitui o lucro” - o primeiro mandamento da TAM - **Valor**, 3-05-2007.

PSDB-PT

“Aferrado à máxima de que a felicidade conjugal só é possível a três, Lula distribui acenos ao PSDB. Aposta que, mercê dos interesses que tem de defender nos vários Estados em que controla o Executivo, o tucanato está doindinho para pular a cerca” - **Josias de Souza**, jornalista, no seu **blog** - 30-04-2007.

Grande eleitor

“Qualquer que seja o que vem pela frente Lula empenha-se para ser o Grande Eleitor de 2008 e 2010. A questão é: Grande Eleitor de quem?” - **Leôncio Martins Rodrigues**, cientista político - **Folha de S. Paulo**, 29-04-2007.

Lula

“O Lula... é aquilo: faz tudo errado, e no fim dá tudo certo” - **Paulo Setúbal**, banqueiro - **Folha de S. Paulo**, 5-05-2007.

Dois ouvidos

“Temos dois ouvidos. Com um ouvimos as melodias eternas que permanecem. Com o outro, os ruídos efêmeros, que desaparecem” - **Rubem Alves**, escritor - **Folha de S. Paulo**, 1-05-2007.

Eventos

Agenda da semana

A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DOS EVENTOS PODE SER CONFERIDA NO SÍTIO DO IHU - WWW.UNISINOS.BR/IHU

Dia 08-05-2007

Discussão das obras do século XX-XXI: Maria Regina Celestino de Almeida e Cristina

Pompa

Prof. Dra. Maria Cristina Bohn Martins - Unisinos

Interpretações do Brasil: dos clássicos às novas abordagens

Sala 1G119 - IHU - 19h30min às 22h15min

Dia 08-05-2007

O que terá acontecido a Baby Jane? de Robert Aldrich (1962)

Profa. Dra. Maria da Graça Oliveira Crossetti e a mestranda Ivani Freitas

Cinema e Saúde Coletiva II - Cuidado e Cuidador: os vários sentidos dessa relação

Sala 1G119 - IHU - 8h30min às 12h.

Dia 09-05-2007

O pensamento econômico de Celso Furtado

Prof. Dr. André Moreira Cunha - UFRGS

Quarta com Cultura Unisinos

Livraria Cultura (Bourbon Shopping Country/Porto Alegre) - 19h30min às 21h30min

Dia 09-05-2007

Exibição do filme Terra fria

Profa. MS Rosângela Barbiani e Profa. MS Isamara Della F. Allegretti - Unisinos

Ciclo de Filmes e Debates - Trabalho no Cinema

Sala 1G119 - 19h15min às 22h15min

Dia 10-05-2007

A atualidade da questão quilombola no Brasil

Prof. MS. Vinícius Pereira de Oliveira

IHU Idéias

Sala 1G119 - 17h30min às 19h

Dia 12-05-2007

O surgimento da ordem mercantil - Filme: Coração de cristal

Prof. Dr. José Luiz Bica de Melo - Unisinos

Ciclo de Cinema e Debate em Economia - O Capitalismo Visto pelo Cinema

Sala 1G119 - 8h45min às 11h45min

Dia 02-5-2007

Conversas - O mundo do trabalho e a vida dos/das trabalhadores/as. Trabalhadores/as e diversidade no Vale dos Sinos. Que fazer?

Sala 1G119 - IHU - 19h30min às 21h30min

Dia 03-5-2007

O Comércio Ético e a Sustentabilidade de Pequenos Produtores

Profa. Dra. Luciana Marques Vieira, da Unisinos

IHU Idéias

Sala 1G119 - IHU - 17h30 às 19h.

Dia 05-5-2007

Exibição do filme *Quilombo*, de Carlos Diegues

Prof. Dr. Paulo Roberto Staud Moreira - Unisinos

História do Brasil e Cinema II: Índios e Negros - Leitura e imagens no cinema brasileiro

Sala 1G119 - IHU - 8h30min às 12h

Discussão das obras do século XX-XXI: Maria Regina Celestino de Almeida e Cristina Pompa

INTERPRETAÇÕES DO BRASIL: DOS CLÁSSICOS ÀS NOVAS ABORDAGENS

Para a historiadora Maria Cristina Bohn Martins, docente na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line, as obras de Maria Regina Celestino de Almeida e Cristina Pompa “podem ser hoje consideradas fundamentais para o campo da historiografia do Brasil Colonial. Elas efetivamente rompem com um paradigma que sempre pensou nossa história eurocentricamente ao trazerem a questão da história indígena para a arena de debate”. Essas idéias serão aprofundadas nesta terça-feira, 08-05-2007 na palestra Discussão das obras do século XX-XXI: Maria Regina Celestino de Almeida e Cristina Pompa, que Bohn Martins irá conduzir dentro das atividades do evento Interpretações do Brasil: dos clássicos às novas abordagens. A atividade acontece na Sala 1G119, das 19h30min às 22h15min.

Bohn Martins é graduada e mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). cursou doutorado na mesma área pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com a tese A festa guarani nas reduções: perdas, permanências e recriação. Com Eliane Cristina Deckmann Fleck organizou a obra Dossiê América Latina Colonial (São Leopoldo: Unisinos, 2004). De sua autoria, destacamos Sobre festas e celebrações: as reduções do Paraguai (séculos XVII e XVIII) (Passo Fundo: Editora da UPF; ANPUH - RS, 2006).

Compreensões diferentes, conclusões surpreendentes

ENTREVISTA COM MARIA CRISTINA BOHN MARTINS

IHU On-Line - Como as obras de Maria Regina Celestino¹ de Almeida e Cristina Pompa² podem nos ajudar a compreender a história brasileira?

Maria Cristina Bohn Martins - As obras sobre as quais vamos refletir³, nesta atividade do Ciclo de Estudos Intérpretes do Brasil: dos clássicos às novas abordagens, podem ser hoje consideradas fundamentais para o campo da historiografia do Brasil Colonial. Elas efetivamente rompem com um paradigma que sempre pensou nossa história eurocentricamente, ao trazerem a questão da história indígena para a arena de debate. Desta forma, se os temas das autoras (a “catequese indígena” e as “aldeias coloniais”) não são exatamente novos (poderíamos até dizer que são temas clássicos da história do Brasil), o tratamento teórico que elas emprestam a eles permite que se chegue a compreensões muito

¹ **Maria Regina Celestino de Almeida**: é professora no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. É autora de diversos artigos, entre os quais “Índios, Missionários e Políticos: discursos e atuações político-culturais no Rio de Janeiro oitocentista” In: SOIHET, Rachel, BICALHO, M. Fernanda B., GOUVÊA, M. de Fátima S. Culturas Políticas - ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro (Mauad, 2005. pp.235-255) e “Vieira e as Missões Religiosas na Amazônia”. Actas do Terceiro Centenário da Morte do Padre Antônio Vieira - Congresso Internacional, Braga, Barbosa & Xavier Ltda. (1999.Vol. 2, pp.785-800). (Nota da IHU On-Line)

² **Maria Cristina Pompa**: é professora doutora da Universidade de São Paulo (USP), na Escola de Artes, Ciências e Humanidades e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia da Religião. Publicou vários artigos sobre religiões indígenas e populares em revistas nacionais e internacionais. (Nota da IHU On-Line)

³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003); POMPA, Cristina. *Religião como tradução. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial* (Bauru, SP, EDUSC, 2003). (Nota da entrevistada)

diferentes das tradicionais e a conclusões quase surpreendentes.

IHU On-Line - Quais são as inovações e pontos fortes que esses escritos trazem à historiografia nacional?

Maria Cristina Bohn Martins - Com as obras em questão, as duas historiadoras trazem uma contribuição decisiva - ao lado daquelas de John Monteiro⁴, Ronaldo Vainfas⁵ e Raminelli^{6,7}, por exemplo, - para um campo de

⁴ **John Monteiro**: Possui graduação em História e é professor da Unicamp, especialista em história indígena, com vasta experiência em pesquisa documental nas Américas, Europa e Índia. É autor de *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. John Monteiro ministrou a palestra Novas Perspectivas sobre a Escravidão Indígena nas Américas no evento do IHU ciclo Interpretações do Brasil: dos clássicos às novas abordagens, em março de 2007, na Unisinos. Confira entrevista sobre o tema na IHU On-Line 211, com o tema da Amazônia, disponível para download (www.unisinos.br/ihuonline). (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Ronaldo Vainfas**: é professor de História Moderna da UFF. É especialista em história colonial ibero-americana, ministrou vários cursos e conferências e participou de inúmeros congressos no Brasil e no exterior. Entre seus livros, destacam-se *Ideologia e escravidão, Trópico dos pecados e A heresia dos Índios*. É supervisor técnico dos livros de Eduardo Bueno, da Coleção Terra Brasilis. Coordenou o Dicionário do Brasil Colonial. Vainfas concedeu entrevista a IHU On-Line 205, com o tema Raízes do Brasil. O professor falou sobre A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial, no dia 27 de outubro de 2005 no III Ciclo de Estudos sobre o Brasil, do IHU. Também concedeu entrevista na edição 161, de 24 de outubro de 2005, da IHU On-Line. (Nota da IHU On-Line)

⁶ **Ronald Jose Raminelli**: é professor associado I da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Moderna, com ênfase em História do Brasil Colônia. É autor de *Imagens da Colonização* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996). (Nota da IHU On-Line)

⁷ Ver: MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994); *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. In: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf> Capturado

estudos que conhece um forte processo de amadurecimento e profissionalização nas últimas duas décadas. Estes autores e seus estudos sinalizam para a necessidade de reconhecer-se que as sociedades indígenas e suas dinâmicas sociais e culturais representaram um fator crucial na formação da América colonial portuguesa e, por extensão, na formação da própria sociedade brasileira.

Se as conclusões propostas pelo trabalho das autoras são inovadoras, isto ocorre porque o desenvolvimento das pesquisas que as sustentam, as fontes de que se valem (principalmente no caso de Pompa), os questionamentos que dirigem a estas fontes, a mediação constante estabelecida entre os campos de conhecimento da história e da antropologia, também o são.

***IHU On-Line* - Seus escritos propõem algum rompimento na historiografia feita até o momento?**

Maria Cristina Bohn Martins - Sem dúvida, estudos desta natureza se apresentam como alternativos a um paradigma que apresenta uma perspectiva de análise totalizante (“macro histórica”) no tratamento e na construção dos objetos de investigação e que é, de um modo ou de outro, herdeiro da tradição iluminista. Desde a década de 1970, pelo menos, vimos a difusão daquilo que **Ciro F. Cardoso** chamou de “paradigma rival”¹ e que marca pela pulverização dos objetos de análise e das leituras do social. Acentua-se, então, um olhar microscópico e a atenção para o estudo dos “grupos subalternos”. Ao lado do referido “jogo de escalas”, tem-se também atentado para a consideração de outras polaridades, que não apenas as de classe, como objetos

[em 11/12/ 2006](#); VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995); RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização. A representação do índio de Caminha a Vieira* (São Paulo/Rio de Janeiro,: Edusp/Fapesp/Jorge Zahar, 1996). (Nota da entrevistada)

¹ CARDOSO, **Ciro F.** e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História* (Rio de Janeiro: Campus, 1997).

importantes de estudo, o que nos leva a pensar, também, em dimensões mais antropológicas das relações sociais.

Além de inovarem ao dar visibilidade para as sociedades indígenas, pouco ou nada consideradas até muito recentemente (vale lembra que outros setores destes “grupos subalternos”, como negros, mulheres, ou o povo miúdo em geral, já vêm sendo objeto de atenção da historiografia brasileira há mais tempo), as pesquisas desenvolvidas pelas autoras confirmam a necessidade de abandonar-se a antiga compreensão de que as sociedades indígenas são a-históricas. O maior mérito de seus trabalhos é justamente o de evidenciar fartamente o quanto os grupos indígenas participaram da construção da história do Brasil colonial, interagindo com os europeus e buscando ganhos e vantagens na situação (francamente desfavorável a eles) que se estabeleceu a partir de 1500.

De forma alguma isto significa desconsiderar os imensos prejuízos que a situação colonial determinou para as populações indígenas do Brasil (e da América). O que se tem afirmado é que o reconhecimento destes danos não pode implicar em outro dano (que não é sob nenhuma hipótese colateral), que se faz presente na negação a estes povos da condição de agentes de sua história. Esta é uma tendência que marca os estudos de história indígena na América Latina e nos Estados Unidos, onde não apenas acompanhamos o desenvolvimento da reflexão etno-histórica como o impacto do tema na própria história social.

***IHU On-Line* - Quanto às metamorfoses indígenas, título que inspira a obra de Maria Regina, quais são as principais mudanças que esse povo passou em nosso País?**

Maria Cristina Bohn Martins - Regina Celestino estuda a participação dos índios na construção dos povoados em

que foram aldeados na época colonial, observando as formas pelas quais eles negociaram com autoridades civis e eclesiásticas, interagiram com elas, buscando ganhos em uma situação que lhes era tremendamente. Neste processo, transformaram-se, mesmo que fosse para permanecerem sendo índios. Não lhes coube unicamente, e a autora demonstra-o sobejamente, a renúncia passiva ao domínio europeu, ou a tomada em armas para a resistência heróica e de final infeliz...

IHU On-Line - O que Cristina Pompa quer dizer com Religião como tradução? Qual é a relação entre missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial?

Maria Cristina Bohn Martins - Pompa toma um tema caro em alto grau à historiografia sobre a Época Moderna - que é o da catequese e evangelização do Novo Mundo - para propor a ele uma leitura muito atual. Isto é, a autora estuda o complexo processo de adaptações na teoria e na prática missionária engendrado pela própria dinâmica que o move. Seu esforço é o de evidenciar como a ação missionária se alimenta e transforma a partir de experiências americanas, a partir da compreensão (tradução) que fazem os missionários da realidade americana. Assim também os índios traduziam para categorias próprias aquilo que lhes chegava através do contato com o Ocidente. Exemplo bem conhecido disto é a importância que conferiam às práticas curativas aplicadas pelos jesuítas, tal como haviam sido os xamãs os responsáveis por elas no contexto anterior¹.

¹ Sobre isto sugiro a leitura da Tese da Prof^a do PPGHistória - UNISINOS, Eliane C. Deckmann Fleck, intitulada "Sentir, adoecer e

Se a noção de que os religiosos "traduziram" conceitos e práticas à realidade americana, a fim de viabilizar a catequese, não é exatamente uma criação da autora, ela desenvolve ainda o argumento de que, no século XVII, junto aos grupos tapuias do sertão, podemos encontrar uma certa "tupinização" destes conceitos e práticas, e isto é absolutamente inovador. Ou seja, a experiência do século XVI alimenta e transforma (traduz) a ação missionária do litoral para o sertão. Assim como liam o mundo tapuia a estes últimos, informa aquela que se pensa para os primeiros. Nesse jogo muito complexo de apropriações e traduções, ela ainda sugere que se considerem as relações que se estabelecem, também, entre jesuítas e outras ordens, como a dos capuchinhos. Relações estas que são de complementaridade de ações, influências recíprocas, mas também de conflito e dissensões. É assim que o panorama que se vislumbra, acompanhando a extensa pesquisa de fontes da autora, é muito mais rico, multifacetado e polifônico do que se podia perceber enquanto desenhávamos um quadro em preto e branco, dominado pela polarização "índios x jesuítas".

morrer - sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuítico do século XVII", tema que desenvolveu em seu doutoramento na PUCRS, concluído em 1999. (Nota da entrevistada)

Terra Fria, de Niki Caro

CICLO DE FILMES E DEBATES - TRABALHO NO CINEMA

Na opinião das pesquisadoras Prof^a. Dr^a. Rosângela Barbiani e Prof^a. MS. Isamara Della F. Allegretti, o filme Terra fria (North Country), dirigido por Niki Caro, oferece inúmeros temas importantes para discussão como o de “mulheres conquistando mercados de trabalho tradicionalmente masculinos, diferenças de tratamento para o trabalho de mulheres e homens, com assédio moral, assédio sexual, preconceito e discriminação entre mulheres com relação ao trabalho feminino e a ‘naturalização’ da divisão sexual do trabalho (trabalho de homem, trabalho de mulher)”. As constatações podem ser conferidas na íntegra na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line. A atividade está ligada ao Ciclo de Filmes e Debates - Trabalho no Cinema, que neste dia 09-05-2007 analisa o filme Terra fria, rodado em 2005. O debate, conduzido por Barbiani e Allegretti, vai das 19h15min às 22h15min.

Barbiani é graduada e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutorou-se em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), é uma das autoras da obra Serviço Social na Escola: o encontro da realidade com a educação (Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1997). Atua, também, como técnico científico da Secretaria Estadual de Saúde.

Allegretti é psicóloga graduada pela PUCRS e especialista em Saúde e Trabalho pela UFRGS. Mestrou-se em Ciências Sociais Aplicadas pela Unisinos. Leciona na Unisinos e produziu inúmeros artigos técnicos.

Ficha Técnica

Título Original: North country

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 126 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 2005

Direção: Niki Caro

Sinopse: Uma mulher passa a trabalhar como mineira ao retornar à sua cidade natal. Após ser assediada por seus colegas de trabalho, ela decide ir à justiça para impedir este tratamento. Dirigido por Niki Caro (Encantadora de Baleias) e com Charlize Theron, Frances McDormand, Sean Bean, Sissy Spacek e Woody Harrelson no elenco. Recebeu duas indicações ao Oscar.

A dimensão humana deve ser priorizada

ENTREVISTA COM ISAMARA DELLA F. ALLEGRETTI

IHU On-Line - Em que aspectos *Terra fria* se aproxima da realidade das mulheres trabalhadoras do século XXI?

Isamara Della F. Allegretti - É inegável que as mulheres chegam ao século XXI com avanços na sua condição de trabalhadoras, usufruindo de conquistas como, por exemplo, maiores parcelas no mercado de trabalho e postos de trabalho mais qualificados. Porém, generalizar essas conquistas seria invisibilizar um imenso contingente de trabalhadoras que ainda se vêem precarizadas em seus direitos, sofrendo discriminação e assédios de toda a natureza. Parece-me que um aspecto importante a ressaltar é que cada vez que um trabalhador enfrenta uma batalha judicial por direitos legítimos abre precedente para que outros possam, também, buscar direitos similares. As mulheres, principalmente em casos de assédio moral e sexual, parecem mais encorajadas a vencer preconceitos e denunciar abusos.

IHU On-Line - Como a questão do abuso sexual é enfocada por esse filme?

Isamara Della F. Allegretti - A situação é clássica: em um universo majoritariamente masculino, como é o caso em destaque no filme (indústria de mineração), a protagonista Josey Aimes (Charlize Theron) é violentada sexualmente por um colega de trabalho. Para além de simbolizar um aspecto culturalmente (e, infelizmente) ainda relevante no século XXI (o corpo feminino como objeto de usufruto masculino), no filme esse fato remete para questões de poder, submissão e humilhação.

IHU On-Line - Baseado em fatos reais, qual é o maior mérito do filme em termos de metáforas que propõe?

Isamara Della F. Allegretti - Para quem se dedica à reflexão sobre o mundo do trabalho e seus efeitos sobre a subjetividade, o filme propõe temas importantes para a discussão. Mais do que metáforas, ele explicita vários aspectos importantes, entre os quais destaco: mulheres conquistando mercados de trabalho tradicionalmente masculinos, diferenças de tratamento para o trabalho de mulheres e homens, com assédio moral, assédio sexual, preconceito e discriminação entre mulheres com relação ao trabalho feminino (as esposas dos mineiros também se sentem ameaçadas pelo ingresso de mulheres na fábrica), dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ascensão profissional, e a “naturalização” da divisão sexual do trabalho (trabalho de homem, trabalho de mulher).

IHU On-Line - Alguns críticos acusam *Terra fria* de apelar para o clichê dos tribunais e da excessiva vitimização de Josey Aimes (Charlize Theron), a protagonista. Críticas à parte, o que as situações apresentadas podem ensinar à mulher trabalhadora de nossos dias e aos seus contratantes?

Isamara Della F. Allegretti - Num ciclo de debates como esse, cujos holofotes estão voltados para o tema do trabalho, os filmes funcionam como recurso pedagógico para ilustrar nossas análises. Dito de outro modo, filmes trazem emoções para nossas falas, e emoções são fundamentais em processos de ensino e aprendizagem. Penso que um forte aprendizado possibilitado pelo filme está no fato de que é preciso romper com um modelo mental que afirma diferenças entre homens e mulheres no mundo do trabalho para justificar melhores posições e salários, e isso por conta de um possível direito “natural”

de homens sobre mulheres. Sem desconsiderar as honrosas posições conquistadas por mulheres em universos corporativos, ainda prevalece, na sociedade, a cultura da supremacia do homem sobre a mulher. É preciso pontuar, entretanto, um aspecto contemporâneo incontestável e que coloca as mulheres em excelentes condições de disputa: o perfil de competência que os trabalhadores precisam desenvolver para fazer frente a um mundo do trabalho extremamente competitivo. A cultura considera alguns trabalhos como femininos (o doméstico, por exemplo) e outros como masculinos (é o caso da mineração, que “naturalmente” deve ser exercido por homens por ser duro, insalubre e por requerer maior resistência física e força). Entretanto, os avanços tecnológicos vêm, cada vez mais, minimizando essas diferenças, permitindo uma maior inserção feminina em ambientes de trabalho classicamente masculinos (o jornal *Zero Hora*, no último dia internacional da mulher, 8 de março, publicou uma matéria abordando esse tema). Porém, a cultura nem sempre é modificada com a mesma velocidade dos avanços tecnológicos e os efeitos sociais negativos para as mulheres muitas vezes se sobressaem quando há enfrentamentos dessa natureza.

Um aspecto que talvez deva ser destacado, para que se possa avançar no sentido de uma melhor gestão das

relações de trabalho em organizações de qualquer natureza, é que os direitos do trabalho são conquistas importantes (refiro-me à legislação trabalhista ao garantir direitos por força de lei), mas muitos elementos precisam ser trabalhados no interior das organizações. Modificar a cultura do trabalho é algo que requer tempo, pois exige mudança em modelos mentais. Faz-se necessário fortalecer outras representações sociais, por exemplo, sobre a mulher no mundo do trabalho. Existem muitos componentes subjetivos na gestão de pessoas que precisam receber maior visibilidade por parte dos gestores, alheios, muitas vezes, a esses aspectos que o filme desnuda.

***IHU On-Line* - Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?**

Isamara Della F. Allegretti - O recorte de gênero, nesse caso, acaba recebendo destaque. Mas quero chamar a atenção para os elementos subjetivos contidos no mundo do trabalho contemporâneo que acabam não ocupando as atenções daqueles que são os responsáveis por políticas de gestão de pessoas. Desenvolver políticas para questões dessa natureza são tão importantes quanto definir, por exemplo, planos salariais. A dimensão humana, no universo empresarial, longe de ser esquecida deveria ser priorizada.

A atualidade da questão quilombola no Brasil

IHU IDÉIAS

“Atualmente, o foco da luta quilombola está direcionado para a questão do reconhecimento e titulação dessas terras, pois ao longo do período pós-abolição até os dias de hoje uma quantidade não mensurável de comunidades negras rurais vem perdendo suas terras ancestrais, vítimas de violentos e criminosos processos de expropriação”, disse o historiador Vinícius Pereira de Oliveira na entrevista por e-mail que concedeu à IHU On-Line. A íntegra do assunto pode ser conferida a seguir, quando Oliveira adianta aspectos da palestra A atualidade da questão quilombola no Brasil, a ser apresentada nesta quinta-feira, 10-05-2007 no IHU Idéias, das 17h30min às 19h.

Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Oliveira é mestre na mesma área pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) com a dissertação De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais (meados do século XIX), publicado sob o título De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais (Porto Alegre/RS: EST Edições, 2006). No momento, Oliveira está realizando um levantamento histórico sobre o relatório sócio-histórico-antropológico para reconhecimento e titulação da Comunidade Quilombola de Palmas (Bagé/RS). A atividade é um convênio do INCRA/RS com o Laboratório de Observação Social (LABORS) da UFRGS. Leciona para o Ensino Fundamental e para Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves, no município de São Leopoldo e presta consultoria em pesquisa histórica no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Lutas e entraves ao reconhecimento e titulação de terras quilombolas

ENTREVISTA COM VINÍCIUS PEREIRA DE OLIVEIRA

IHU On-Line - Quais são as maiores dificuldades e entraves que os quilombolas enfrentam no Brasil do século XXI?

Vinicius Pereira de Oliveira - A luta afrodescendente vem se desenvolvendo no Brasil desde o período escravista, através de diversas formas de resistência postas em prática pelos cativos. Uma dessas formas foi a luta pela constituição de territorialidades próprias, seja pela ocupação de terras isoladas e devolutas, ou mesmo através da compra de pequenas parcelas de terras ou recebimento de doações de antigos senhores.

Atualmente, o foco da luta quilombola está direcionado para a questão do reconhecimento e titulação dessas terras, pois ao longo do período pós-abolição até os dias de hoje uma quantidade não mensurável de comunidades negras rurais vem perdendo suas terras ancestrais, vítimas de violentos e criminosos processos de expropriação. Esta luta enfrenta entraves diversos, como a atuação de grandes proprietários visando a impedir o andamento dos processos legais de regularização e reconhecimento de terras quilombolas, seja através de intimidações locais ou até mesmo pela atuação da bancada ruralista nas diferentes instâncias do poder público.

Além disso, a insuficiente verba disponibilizada para o INCRA, órgão responsável pela implementação do processo de regularização, faz com que os trâmites de reconhecimento e titulação sejam lentos, beneficiando poucas comunidades por ano.

IHU On-Line - E quanto a avanços no reconhecimento da causa quilombola, quais seriam os maiores?

Vinicius Pereira de Oliveira - O reconhecimento de direitos aos remanescentes de quilombos na Constituição Federal de 1988 foi um marco neste processo. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que aos “remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. Atualmente, a questão é regida pelo Decreto nº 4887/2003 e pela Instrução Normativa 20/2005 do INCRA, órgão federal incumbido de administrar os trâmites de regularização e titulação das terras quilombolas.

A partir de então o Estado passou a desenvolver estudos específicos sobre a trajetória de comunidades quilombolas que pleiteiam os direitos advindos desta legislação. Anteriormente denominados de “laudos quilombolas”, estes estudos constituem-se em relatórios que integram o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Envolvem profissionais de diferentes áreas, como antropologia, história, sociologia, geografia e direito.

Muito tem a ser feito ainda. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o número destes estudos concluídos ou em andamento, não chega a 20, sendo que em alguns outros estados a situação é ainda mais lenta. Porém, somente o fato de esta questão ser tratada pelo poder público já é uma grande vitória, fruto da resistência secular da comunidade negra brasileira e da atuação de movimentos

sociais organizados.

IHU On-Line - Só no Rio Grande do Sul existem 200 comunidades quilombolas. Qual é a situação dessas comunidades em termos educacionais, de saúde, infraestrutura? Que políticas públicas, especificamente, são destinadas às pessoas desses grupos?

Vinícius Pereira de Oliveira - A realidade das comunidades quilombolas no Brasil, incluindo o Rio Grande do Sul, é bastante heterogênea. Estando a maior parte localizada em áreas rurais, muitas não contam até hoje com fornecimento de energia elétrica nem de escolas e postos de saúde próximos. Por outro lado, algumas comunidades já contam com escolas quilombolas em suas próprias terras, por exemplo, e buscam articular-se para obter outros direitos.

Recentemente, em 2004, Governo Federal instituiu um programa específico para as comunidades quilombolas, denominado “Brasil Quilombola”, com o objetivo de estabelecer metodologias para o desenvolvimento sustentável destes grupos ao atuar na área do direito à titulação e a permanência na terra, à documentação básica, à alimentação, à educação, à saúde, ao esporte e lazer, à moradia adequada, ao trabalho descente, aos serviços de infra-estrutura - saneamento básico, transporte, água, luz, telecomunicações - e à previdência social. Porém, apesar de seu pioneirismo, este projeto esbarra na insuficiência de verbas frente à demanda, o que torna morosa a reversão do leque de

problemas gerados por anos de omissão e abandono do poder público com os descendentes de escravos.

IHU On-Line - Da forma como se configura atualmente, o quilombo preserva a cultura de sua população ou serve como um gueto onde é segregada pelo restante da sociedade?

Vinícius Pereira de Oliveira - A precariedade social vivida por muitas comunidades quilombolas, alijadas de qualquer atuação do poder público e enfrentando quadros de discriminação racial acentuados, pode levar à perda de características culturais que conferem singularidade aos grupos quilombolas. Porém, cultura não pode ser entendida como algo estático, congelado no tempo. O entendimento que se tem da questão cultural quilombola passa pelo prisma da resignificação de um passado e atualização de uma identidade que remete a este passado escravista e fundador, mas que responde a questões do presente e projeta para o futuro.

Dessa forma, o que se verifica é um crescimento do reconhecimento social quanto à existência e importância histórica da cultura quilombola no Brasil. Cresce o número de filmes, documentários, reportagens em jornais e revistas, monografias e teses acadêmicas sobre a temática, revelando a integração da mesma nas pautas de discussão e interesse sociais atuais.

Coração de cristal, de Werner Herzog

CICLO DE CINEMA E DEBATE EM ECONOMIA - O CAPITALISMO VISTO PELO CINEMA

O surgimento da ordem mercantil estará em debate neste sábado, 12-05-2007, sob a coordenação do Prof. Dr. José Luiz Bica de Melo, docente na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Para aprofundar o debate, primeiramente será exibido o filme Coração de cristal, do diretor alemão Werner Herzog. A atividade é parte integrante do evento Ciclo de Cinema e debate em Economia - O Capitalismo visto pelo Cinema.

Bica é graduado em Ciências Sociais Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e especialista em Educação Popular pela mesma instituição. Coursou mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com a tese Fronteiras abertas: o campo do poder no espaço fronteiro Brasil-Uruguai no contexto da globalização. Com a Prof^a. Dr^a. Cecília Irene Osowski escreveu a obra O ensino social da Igreja e a globalização. (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002). É autor de inúmeros artigos técnicos e capítulos de livros.

Ficha Técnica

Título Original: Herz aus glas

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 97 minutos

Ano de Lançamento: 1976

Direção: Werner Herzog

Sinopse: O capricho de um jovem aristocrata que deseja produzir o vidro-rubi, após a perda de sua fórmula secreta, chega a seduzir e assassinar uma criada, para utilizar seu sangue, inutilmente, nessa absurda indústria. De todos os filmes de Herzog, esse é talvez, como pintura fílmica, o mais ambicioso estudo do imaginário romântico e também como mergulho na obsessão narcisista, com sua loucura e fatalidade. Trama encenada numa aldeia bávara do século XVIII, aprofunda a mescla entre o alto romantismo e os elementos cômico-satíricos estudados por Bakhtin em seu trabalho sobre a cultura popular na Idade Média.

Coração de cristal: retrato de tensão da ordem mercantil

ENTREVISTA COM JOSÉ LUIZ BICA DE MELO

IHU On-Line - Como o filme *Coração de cristal* retrata o surgimento da ordem mercantil?

José Luiz Bica de Melo - O capitalismo mercantil, que em grandes linhas podemos situar entre os séculos XVI e XVIII, consistiu numa etapa de desenvolvimento e de transformações das forças produtivas situada entre a estrutura feudal e o capitalismo industrial. Com a intensificação do comércio, da consolidação da propriedade privada e da urbanização, houve uma aceleração das modificações das estruturas econômicas, sociais e de consumo fazendo com que houvesse a decadência dos senhores feudais ainda remanescentes e o surgimento do empresário capitalista e a transformação de muitos artesãos e aprendizes em trabalhadores assalariados. No interior do capitalismo mercantil, inicia-se o processo de consolidação do capital e do trabalho livre (livre no sentido de estabelecimento de contrato) como as molas propulsoras da nova ordem em construção: o capitalismo industrial que vai instalar-se de forma hegemônica no século XIX.

O meu ponto de vista é o de que *Coração de cristal* (*Herz aus glas*, de Werner Herzog, 1976, 97 min.) não retrata o surgimento da ordem mercantil, mas um “momento de tensão” da ordem mercantil. *Coração de cristal* é uma parábola de uma história que tem como lugar uma pequena cidade - quase uma aldeia - situada na Baviera do século XVIII. O filme retrata um tipo de economia e de relações sociais, até então baseada na produção do vidro-rubi (um tipo de artesanato valorizado), que tem no saber do mestre-artesão o elemento central de sua existência. Ora, com a morte do mestre vidraceiro que levava consigo a fórmula secreta, podemos dizer, *a técnica*, as relações econômicas e sociais da aldeia entram em crise terminal. O vidro-rubi era o sentido da vida (e da morte) da aldeia. A busca

desesperada pela fórmula leva o dono da fábrica artesanal a buscar, desesperadamente, tal “segredo”. Ao invés de encontrá-lo - o que seria impossível -, o que se tem, nas profecias do vidente Hias - de forma alegórica - é a chegada da nova sociedade: a sociedade industrial, na qual não há mais lugar para mestres-vidraceiros e artesãos. A destruição da fábrica do vidro-rubi significa também o fim de ambas as classes: o dono da fábrica artesanal e dos artesãos.

IHU On-Line - Em que aspectos esse filme pode nos auxiliar a tecer uma compreensão sistêmica e crítica da realidade daquela época?

José Luiz Bica de Melo - *Coração de cristal* não é um documentário; não tem a pretensão de documento histórico. Embora Werner Herzog seja um excelente documentarista, este é um filme de ficção. Mas é claro que toda ficção tem sua “âncora” na dimensão histórica. Podemos dizer que *Coração de cristal* - assim como outros filmes de Herzog - põe em questão a própria noção de *realidade* e de *História*. É claro que o filme nos possibilita uma crítica da sociedade do século XVIII, principalmente ao mostrar os elementos de violência e de prepotência, traços de servidão, estigmatização e também a loucura. Aliás, a loucura não é exclusiva daquela época, mas de todas as épocas. Penso que razão e loucura estão presentes em todo ser humano em todos os momentos da história. As lentes de Herzog capturam ficcionalmente esses elementos em um momento de crise social e histórica. É nesse sentido que a ficção auxilia o desvelamento da história - sempre repleta de brumas e sombras, em qualquer época que a tomemos.

IHU On-Line - Que metáforas essa produção estabelece e que podem ser entendidas como uma ponte em relação ao atual estágio capitalista?

José Luiz Bica de Melo - Vivemos em uma época de hiperprodução e de hiperconsumo de bens materiais e simbólicos que transformam alguns em uma espécie de super-homem (poderíamos falar também de super-mulher?), com poderes de vida e de morte sobre outros homens e mulheres. Os poderes desmedidos, a produção desmedida, levando à ruína tanto a vida quanto a natureza da vida (me refiro à natureza como fonte da vida), têm estado presentes desde os primórdios do capitalismo. Um bom exemplo disso é a profecia do vidente Hias, de *Coração de cristal*, de que chegaria um tempo em que haveria uma nova guerra e um novo padrão muito mais cruel. A “ponte” por onde passariam segundo Hias, “um mentiroso e um ladrão”, e também sua luta de vida e morte com um urso invisível, são alegorias de um estágio do capitalismo difuso e globalizado em que em um tabuleiro de cartas embaralhadas sobra pouco espaço para a razão lúcida e crítica.

IHU On-Line - Você estabelecerá alguma proximidade entre a obsessão do jovem aristocrata para produzir o vidro-rubi e a obsessão capitalista que cerca as lavouras de cana, por exemplo, onde os trabalhadores cumprem tarefas à exaustão?

José Luiz Bica de Melo - Uma proximidade possível seria quanto à exploração do trabalho. Tanto o jovem herdeiro dos fornos do vidro-rubi quanto um moderníssimo empresário do setor do açúcar e do álcool no Brasil sobrevivem graças ao

trabalho do outro. Se o “jovem aristocrata” chega ao ponto de extrair o sangue de sua criada para tentar conseguir a “fórmula” do vidro-rubi, o moderno empresário rural *lava as mãos* pelas mortes nos canaviais, protegido em grande medida pelas leis trabalhistas. Em ambos os casos, e guardadas as distâncias entre realidade e ficção, tanto no vidro-rubi quanto no cristalino e doce açúcar ou no hoje venerado biocombustível, pingam gotas de sangue.

IHU On-Line - O fato de que os atores de *Coração de cristal* atuavam hipnotizados pode ser entendido como uma crítica do diretor em relação ao surgimento da ordem mercantil que faz as pessoas agir como autômatas? Por quê?

José Luiz Bica de Melo - Todos os espaços de trabalho (material ou imaterial) fazem, em alguma medida, com que muitas pessoas realmente atuem como autômatos, incorporando rotinas brutais e desumanas. Não penso que isso seria próprio somente da ordem mercantil. Há, segundo meu entendimento, em todo trabalho degradante, uma espécie de “hipnose”. Bastante comentada e criticada esta técnica de Herzog empregada com todos os atores, à exceção do ator que interpreta o visionário Hias, o meu entendimento é o de que, fiel ao seu estilo de realçar - e ultrapassar - a idéia de limites, de alucinação e de loucura, rompendo com o princípio da realidade (o que podemos verificar em filmes como *Nosferatu: o vampiro da noite*, de 1978 e *Fitzcarraldo*, de 1981), o diretor emprega todas as possibilidades que a magia da imagem e da fantasia lhes faculta, pois para Herzog, como declarou certa vez “a verdadeira força do cinema reside em trabalhar com a realidade dos sonhos”.

Perfil Popular

Eliane de Vargas

“Tudo o queríamos era ter uma vida boa e nós temos.” Eliane é muito grata pela vida que tem. Lutando desde os 12 anos no mundo do trabalho, vive até hoje, aos 37 anos, da faxina. Casada, com dois filhos, vive na Cooperativa Bom Fim, em São Leopoldo. Lá aprendeu que a união traz muitos benefícios a todos. Com a casa própria há três anos, ela continua lutando para melhorar o loteamento. “Tenho aquela vontade, e eu vou fazer.” No Bom Fim, participa ativamente e ainda trabalha e cuida do filho de nove anos. Eliane acredita em um futuro promissor para a sua família e o Brasil. “Acho que temos um país abençoado.” Conheça um pouco mais de Eliane de Vargas na entrevista a seguir.



Começo

Oriunda de São Leopoldo, Eliane sempre trabalhou pelo que queria. Vinda de uma família de trabalhadores, desistiu dos estudos cedo para entrar no mundo adulto do trabalho. “A minha mãe quis dar estudo, mas eu nunca me interessei.” Com 12 anos, Eliane foi trabalhar como faxineira em uma casa de família no centro de São Leopoldo. “Eu queria trabalhar porque queria ter dinheiro e não gostava de estudar. Minha disse: ‘Pode ir. Se tu não quer estudar vai trabalhar.’”

Dificuldade

Eliane desistiu dos estudos na quinta série do Ensino Fundamental. Ela lembra que o irmão mais novo completou o Ensino Médio. “Às vezes penso em voltar, mas daí lembro das crianças. Se eu parar de trabalhar, não consigo dar o que os meus filhos precisam. Assim eu me viro e consigo.”

Trabalho

Eliane começou cuidando de duas crianças e limpando uma casa em São Leopoldo. “Eles eram pessoas muito boas. Me tratavam muito bem.” Ela gostou do trabalho e passou três anos nessa casa. “Era uma convivência muito boa, com pessoas muito legais.”

Busca

Sempre em busca de algo melhor, Eliane saiu da casa onde trabalhava e rumou para outra casa, de uma professora, no bairro Jardim América, também em São Leopoldo. Com dificuldades financeiras, ela dedicou-se ao trabalho. “Comecei a trabalhar um dia em cada casa, assim eu ganhava mais. Eu fazia faxina. Em uma casa eu ganhava R\$ 20,00, em outra mais um pouco. Se eu trabalhasse todo dia em uma casa seria só um salário.” Com o serviço bem feito, Eliane logo arrumou mais trabalhos. “Eu trabalhava em uma casa para alguém que me indicava para outra pessoa, que também me indicava

para outros trabalhos.”

Família

Com 16 anos, Eliane foi morar com seu namorado. “Conheci meu marido, André, no CTG, aos quinze anos.” Os pais de Eliane opuseram-se à decisão do casal. “Eles nunca aceitaram. Depois eu comecei a pensar por que não tinha ouvido a minha mãe. Às vezes digo para minha filha: ‘Tudo o que mãe fala é verdade.’” Depois de três anos, o casal separou-se. A união resultou num fruto: Daiara.

Mudança

Mãe e filha voltaram para casa. Com a ajuda da mãe, Eliane conseguiu criar a menina sozinha. O pai de Daiara nunca ajudou a família, pois não trabalhava. “Se colocasse ele na justiça e ele não pagasse iria preso. Daí eu resolvi não me incomodar.” Eliane não ficou sozinha por muito tempo. “Quando minha filha tinha cinco anos eu casei de novo.” Há 12 anos o casal vive junto. Eles tiveram um filho, Pedro Henrique, há nove anos.

Cooperativa Bom Fim

Sem lugar para morar, a família vivia em uma casa improvisada nos fundos do terreno da mãe de Eliane. “A gente não tinha dinheiro para comprar um terreno.” A sorte bateu à porta da casa da família. A tia do marido de Eliane avisou que estavam abrindo um loteamento no Bom Fim, em São Leopoldo. “Ele me perguntou o que eu achava e concordamos em comprar um terreno. Demos uma entrada de R\$ 150,00 e compramos o terreno. Isso faz sete anos.” Dois meses depois, mudaram-se para a cooperativa Bom Fim, onde construíram uma casa de madeira. “A cooperativa, na época, ainda não era bem estruturada. Não tinha rua, água nem luz. Fizemos uma casinha e fomos morar lá.” A família passou trabalho durante três anos, até a troca do presidente. “Quando o

seu Adair Antônio assumiu a presidência da cooperativa, logo tínhamos água, luz, esgoto e ruas. Demos um pulo.”

Participação

Eliane é membro ativo da cooperativa. Participa de tudo, exceto da diretoria. “Participo de tudo que tem, como o curso de artesanato que a Unisinos auxilia, a padaria comunitária que ainda não funciona, mas já estamos fazendo pão e cuca em forno de pedra.” Eliane ressalta a importância de se ajudar em uma cooperativa. “Na cooperativa temos que ser unidos para as coisas andarem. Eu sempre estou junto. Vou a todas as reuniões.” Ela ainda destaca a admiração pelo trabalho do atual presidente. “Eu gosto muito do nosso presidente. Graças a ele, a Deus e a minha força de trabalhar, estamos bem.” Como uma pessoa que luta pelo que quer, ela destaca a importância do trabalho em sua família. “Nós nunca paramos de trabalhar. Meu marido faz calçamento de ruas em uma empresa privada que presta serviços às prefeituras do estado.”

Casa própria

Há três anos, a família adquiriu a casa própria no programa PSH¹. “É nossa primeira casa boa, de material e três quartos. Nunca tinha morado em uma casa assim. A minha casa era velha, cheia de buracos. Agora eu me sinto rica.” A casa, ainda inacabada, no interior, é o grande sonho de Eliane. “Aos poucos eu termino. Eles davam a casa acabada por fora, mas dentro ainda faltava a cerâmica, o reboco e o forro. Já consegui rebocar e colocar cerâmica.” Eliane dá mais brilho ao que tem relembrando o passado. “Eu não tinha nada, morava de

¹ PSH: Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social. É uma linha de crédito da Caixa Econômica Federal em parceria com o setor público, direcionada à produção de empreendimentos habitacionais para populações de baixa renda, nas formas de conjunto ou de unidades isoladas. (Nota da IHU On-Line)

favor com a minha mãe, num barracão. As crianças passavam trabalho e quando chovia tinha goteira. Agora temos quarto e banheiro. Tudo bonitinho. Graças a Deus, temos essa vida boa, com condições muito melhores.”

Dificuldade

Ao chegar à cooperativa, a família ainda teve que passar por algumas dificuldades. Sem água, a comunidade improvisava o encanamento. “Usávamos uma mangueira, era uma briga. Como não tinha cano, ligávamos uma mangueira na rede de água e puxávamos para as casas como se fossem canos.” Ela ri quando lembra das situações que aconteciam. “Se um vizinho queria água mais forte na casa dele, ele cortava a minha. Era só dobrar a mangueira. Quando tu cortava, três ou quatro vizinhos ficavam sem água. Uma vez aconteceu de ficarmos sem água porque uma máquina entrou lá e cortou os fios das mangueiras. Ficamos três dias sem água. Liguei para minha mãe do orelhão e pedi para ela trazer água para fazer comida e tomar banho.” A vila ainda improvisou a luz através de rabichos. Rabicho de luz era a mesma coisa. “Como a luz era dividida, não podíamos ligar o chuveiro, a geladeira, se não queimava. Era uma luz muito fraca e pagávamos caro, R\$ 115,00. Eu podia gastar menos, mas outro gastava mais. Além de não termos uma luz boa, pagávamos um dinheirão.” Eliane ressalta a diferença com a situação atual. “Agora temos uma luz decente. No primeiro dia em que ligaram a luz e eu liguei a geladeira nem acreditei.” Ela ainda não acredita que pôde concretizar o seu sonho. “Agora temos tudo. A única coisa que falta ainda é o calçamento, mas sabemos que está vindo por causa do Orçamento Participativo. Já temos para o ano que vem garantido. Não temos muito mais o que pedir. Tudo o queríamos era ter uma vida boa e nós temos.”

Maior alegria

A casa é a alegria de Eliane. O sonho é poder terminar o acabamento. “Eu conseguir forrar a minha casa, terminar os meus banheiros e mais um puxado nos fundos. Eu tenho dois banheiros na minha casa hoje, e um é dentro do meu quarto. Eu tenho fé que vou conseguir.” Com muito trabalho e vontade, Eliane obteve o que queria em sua vida. “Tenho aquela vontade: eu vou fazer. Meu marido é muito trabalhador. Tudo que ele ganha ele coloca dentro de casa. Só que ele não tem tanta vontade de fazer as coisas. Eu é que tenho, a iniciativa parte de mim. Queria que ele também tivesse essa vontade, mas ele concorda sempre com o que eu quero. Eu sempre digo: eu trabalho também com a cabeça. Eu que sei o falta em casa.”

Sonho

Eliane se diz cansada do seu trabalho. “O meu joelho está muito ruim. Na quarta-feira eu limpo uma casa que tem quatorze peças. Eu venho limpando, levantando as coisas e minha patroa coloca as coisas no lugar, se não não dá para terminar. Quando chego em casa e sento, penso que não vou mais poder levantar, de tanta dor que sinto.” O sonho dela é trabalhar com menos dificuldade; talvez ganhar mais.

Política

Sempre envolvida em campanhas distribuindo panfletos e convencendo moradores da vila, Eliane ressalta um problema da política brasileira. “Trabalhamos tanto para eleger eles e quando chega a hora de um serviço melhor, eles não dão para a gente. Eles dão para quem nunca levantou bandeirinha, nunca distribuiu panfleto e até pessoas de outro partido.” O pai de Eliane é contra ela trabalhar em outra campanha. “Quando tu perguntas pra outro político se ele tem uma vaga eles dizem: ‘Vocês só trabalham para a pessoa errada’.”

Brasil

“Acho que temos um país abençoado.” É assim, com esperança, que Eliane vê o Brasil. “Não penso no pior. Do jeito que está, tá bom, mas acho que dá pra melhorar

um pouquinho. Mas temos calma, sabemos que não é rápido. Em São Leopoldo tivemos um prefeito por 25 anos que não conseguiu resolver tudo. Não vai ser o Lula em quatro que resolverá.”

Wictor Magno

A pesquisa é o que empolga este professor. Wictor Magno é bacharel em Física, mestre em Ciências e doutor em Física pela UFPE e pós-doutor em Física pela Unicamp. Natural de Recife, Pernambuco, está há três anos no Rio Grande do Sul. Quando não está lecionando nos cursos de Engenharia da Computação e Física da Unisinos, ele se dedica à pesquisa na UFRGS. O professor já participou do II Ciclo de Estudos Desafios da Física, evento promovido pelo IHU em 2006 e concedeu entrevista à IHU On-Line número 200, sobre o tema da Nanotecnologia e nanociência. A edição está disponível no sítio da IHU On-Line- www.unisinos.br/ihuonline. Conheça um pouco mais do professor Wictor na entrevista a seguir.

Origens - Tenho 34 anos. Nasci e cresci em Recife, Pernambuco. Tenho dois irmãos mais velhos. Tive uma infância normal. Minha mãe, já falecida, era pedagoga e trabalhava como orientadora escolar e meu pai é advogado. Morei por muito tempo na cidade do Recife e em cidade próximas como Olinda e Jaboatão, na região metropolitana do Recife.

Começo - Estudava próximo a minha casa, assim como meus irmãos. O Ensino Fundamental foi feito em uma escola pública, onde minha mãe trabalhava como orientadora pedagógica. Cursei o Ensino Médio no Colégio Marista do Recife. Não tenho muitas recordações da



minha infância, mas lembro-me que brincávamos bastante, eu, meus irmãos e meus primos, no prédio onde morávamos.

Estudos - No início do Ensino Médio, cheguei a começar um curso técnico de mecânica, mas depois vi que não era o que queria. Como minha vontade era fazer o vestibular na área de ciências exatas, uma vez que sempre gostei de matemática, física e computação, optei por fazer vestibular em um desses cursos.

Escolha - Cheguei às exatas um pouco pela minha aptidão em astronomia. Sempre gostei muito de ler sobre astronomia e computação. Essa parte sempre me motivou

a procurar por um curso de ciências exatas. Se não tivesse feito Física, teria feito Engenharia da Computação ou Eletrônica. Passei no vestibular para Física na Universidade Federal de Pernambuco e em Engenharia Elétrica-Eletrônica na Universidade de Pernambuco. Optei pela Física, porque a Universidade Federal de Pernambuco tem uma excelente infraestrutura de laboratórios de ensino e pesquisa, sendo o departamento de Física da UFPE reconhecido nacionalmente como um centro de excelência em Física da região Nordeste do País.

Física - Meu curso de graduação durou quatro anos. Durante este período, me envolvi com trabalhos de iniciação científica desde o início do bacharelado. Foi um período interessante para mim, mas bastante corrido. Depois fiz pós-graduação, mestrado e doutorado. Desse modo, ao longo de dez anos eu só me lembro de ter estudado. Na área de física no Brasil uma graduação não é suficiente para te dar uma preparação plena, sendo necessário complementar os estudos com uma pós-graduação. Desde o início do curso de graduação pretendia pesquisar e ensinar. É uma vida que muitas vezes nos priva da presença dos parentes e amigos, pois passamos muito tempo estudando. Trata-se de uma escolha, da qual não me arrependo. É necessário ter aptidão e gosto pela dedicação exclusiva aos estudos, caso contrário não há como levar adiante.

Ensino - Desde o início da graduação, trabalhei como bolsista de iniciação científica em laboratórios de pesquisa. Também fui monitor de algumas disciplinas. Durante o mestrado e doutorado, fui professor substituto na universidade, onde ministrei diversas disciplinas. No início foi bastante difícil, pois eu era bastante jovem e estava apenas começando. As primeiras turmas em que lecionei eram grandes, com mais de cinquenta alunos. A maior dificuldade inicial foi trabalhar com um grande público jovem e bastante heterogêneo.

Pesquisa - Durante meu doutorado, tive intercâmbio com pesquisadores de outras regiões do País e de outros países como Estados Unidos e França. Foi uma experiência interessante, pois viajei para participar de congressos, escolas e workshops onde tive o privilégio de estudar e conhecer importantes pesquisadores da minha área. Fiz meu pós-doutorado na Unicamp, em Campinas. Na minha área de pesquisa (óptica) existem poucos grupos solidificados no País. Trabalhei como pós-doutor na Unicamp financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) por cerca de dois anos.

Oportunidade - Já conhecia alguns professores que trabalham aqui no Sul e sempre tive conhecimento de que o Instituto de Física da UFRGS é de excelente qualidade. Eu tinha contato com esses pesquisadores, mas não conhecia a Unisinos. Na época do pós-doutorado, fui informado sobre a disponibilidade de uma vaga para professor adjunto na Unisinos e resolvi arriscar. Também tinha interesse em conhecer melhor a região Sul do País, pois tenho descendência italiana. Depois do pós-doutorado, tive a chance de fazer pesquisa na Itália, mas optei por vir trabalhar aqui no Rio Grande do Sul.

Livro - Além de literatura técnica, eu gosto de literatura nacional. Estou gostando muito de ler Mario Quintana. *Espelho mágico* é um livro interessante. Gosto de ler também contos e poemas do autor. Leio bastante também Luis Fernando Veríssimo. Meus autores preferidos da minha região são Ariano Suassuna, Graciliano Ramos e João Cabral de Melo Neto.

Esporte - Gosto de futebol, mas jogo com pouca frequência. Gosto também de tênis e de natação.

Horas livres - Fico muito tempo em frente ao computador. Eu leciono e nas horas vagas, faço pesquisa. Ouço também música, leio jornais e gosto de jogos de computador.

Filme - Gosto muito de filmes e tenho um gosto heterogêneo. Adoro os filmes do Woody Allen: são ótimos. Seu humor inteligente e ácido é incomparável. Também gosto dos seus filmes não humorísticos. Admiro também os filmes do Fellini, do Akira Kurosawa e do Stanley Kubrick. Não sou muito interessado por cinema comercial. Sempre que posso vou ao cinema ver filmes novos, embora prefira assisti-los em casa.

Sonho - Não tenho muitos sonhos. Quero continuar me aperfeiçoando, estudando, e conhecer outras áreas também. Gosto de história, política e filosofia.

Brasil - Acredito que temos vivido um momento difícil em nosso país, mas penso que as estruturas estão se organizando. Sinto que existe agora uma tendência em punir as pessoas que são corruptas. Vejo isso como algo positivo, pois nosso país é campeão em corrupção e impunidade, fatos que mancham a nossa história. Economicamente, o país está em um momento favorável, mas com sérios problemas de insegurança e educação. A educação no país é um tema muito complicado, como é freqüentemente noticiado nos jornais. O ensino em matemática e física no Brasil é um dos piores do mundo. É uma realidade que me diz respeito e tenho uma parcela de responsabilidade nisso, pois leciono para futuros professores dessas áreas. A educação é uma questão extremamente importante e não é levada a sério pelos nossos governantes. Os nossos alunos, em geral, têm uma educação de péssima qualidade nos ensinos fundamental e médio. Isso é ruim para a formação do cidadão e para a preparação deles para o mercado de trabalho. A questão da péssima qualidade da educação brasileira leva também a outros problemas mais graves, como a violência, a má distribuição de renda e a injustiça social. É uma bola de neve. A educação seria uma forma de resolver muitos problemas da sociedade.

Unisinos - A Unisinos foi efetivamente o meu primeiro emprego. Ela me deu esse voto de confiança. A área de ensino e os laboratórios didáticos da Universidade são muito bons.

Tenho algumas observações em relação à pesquisa. No momento, não tenho nenhum vínculo de pesquisa com a instituição, assim como outros colegas pesquisadores que conheço. Parece que essa questão não está bem definida. Geralmente os grupos que estão ligados a uma pós-graduação são os que têm apoio à pesquisa. No entanto, existem muitos profissionais preparados e qualificados atuando na graduação que fazem pesquisa por conta própria, sem apoio da instituição. Nós, pesquisadores, somos preparados para fazer pesquisa. Se eu sou contratado como professor, nas horas vagas eu irei fazer pesquisa. Nesse aspecto penso que a Universidade poderia melhorar bastante, definindo claramente as áreas prioritárias e distribuindo horas de pesquisa, de forma a privilegiar o mérito do pesquisador. Essas seriam soluções acertadas.

IHU - Eu tive uma colaboração com o IHU no evento **II Ciclo de Estudos desafios da Física para o século XXI: um diálogo desde a Filosofia**, na Livraria Cultura, em Porto Alegre. Considero o IHU um importante espaço da Universidade para discussão e divulgação de idéias e conhecimento. Vejo que a Editora Unisinos sofreu um encolhimento, prejudicando a divulgação de trabalhos dos pesquisadores da Universidade. As publicações do IHU tornaram-se, a meu ver, as mais importantes da Unisinos. É um instituto sério, com pessoas realmente engajadas, com visão em várias áreas do conhecimento. Vejo como uma luz no fim do túnel para a pesquisa na Unisinos. Ou seja, o IHU tem cumprido seu papel de forma bastante eficiente.